



RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

Sumário

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	5
APRESENTAÇÃO.....	6
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIÁRIA.....	8
Da Estrutura organizacional.....	8
Do Funcionamento da Estrutura organizacional.....	9
Do Quadro de Pessoal.....	9
Governança Corporativa.....	10
Do Controle Interno.....	10
Plano de Custeio do RPPPS.....	11
Das Reuniões no Exercício de 2022.....	12
Do Comitê de Investimentos.....	13
Principais Ações Realizadas em 2023.....	15
Metas Priorizadas para 2024.....	18
DA ATUALIZAÇÃO DA BASE CADASTRAL – CENSO 2023.....	20
Base Legal para o CENSO 2023.....	22
Tecnologia e Metodologia Utilizadas.....	23
Dificuldades Encontradas.....	23
Dados Exigidos no Censo.....	24
Comparecimento dos Servidores.....	25
Recomendações e Conclusões Gerais sobre o Censo.....	28
Do Recadastramento Anual Inativos e Pensionistas – PROVA DE VIDA.....	29
DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS.....	30
Plano de Benefícios do RPPS.....	30
Evolução Histórica dos Benefícios.....	32
DA GESTÃO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	37
Quantitativos e Valores.....	40
Situação Cadastral dos Processos COMPREV.....	41
Valores Recebidos em 2023 pela Compensação Previdenciária.....	42
Relação de Processos em Exigências.....	42
Fluxo dos Últimos 05 Anos.....	43
DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	45
Da Execução Orçamentária e Financeira.....	45

Das Receitas	45
Das Despesas	47
Da Execução Financeira	50
Da Análise dos Resultados	51
Da Execução Patrimonial	51
Ativo Circulante	52
Ativo não Circulante	52
Passivo Circulante e não Circulante	53
Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício	54
Da Taxa de Administração	54
A) Base de Cálculo para fins de Limite de Gastos com Despesas Administrativas	55
B) Limite de Gastos Administrativos para o Exercício de Referência da PCA	55
C) Despesas Administrativas Realizadas no Exercício de Competência (2023)	56
D) Verificação da Observância do Limite de Gastos Administrativos	56
Licitações	57
Contratos	58
DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	60
Cenário Econômico	61
Política de Investimentos	62
Metodologia e Critérios de Avaliação de Riscos	63
Análise da Carteira de Investimentos	65
Composição da Carteira de Investimentos – Base 12/2023	65
Distribuição dos Ativos	68
Rentabilidade	69
Evolução do Patrimônio	70
Enquadramento da Carteira de Investimentos / Política de Investimentos	71
Enquadramento	71
Segmento Renda Variável	72
Composição do Segmento (Base 12/2023)	72
Segmento Renda Fixa	73
Composição do Segmento (Base 12/2023)	73
Risco e Retorno	73
Desempenho dos Investimentos nos Últimos Cinco Anos	78

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	80
DA GESTÃO ATUARIAL.....	82
Base de Dados e Estatísticas.....	82
Custo Normal	83
Patrimônio do Plano.....	84
Despesas do Plano	86
Resultado Atuarial	87
Equacionamento do Déficit - Custo Suplementar	88
Evolução das Reservas do Plano de Equacionamento do Déficit.....	91
CONCLUSÃO	95

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO

Administrar o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra, garantindo concessão dos benefícios legalmente previstos aos servidores públicos do município e seus dependentes de direito, sempre com dignidade, respeito, de forma eficiente, transparente, governabilidade e sustentabilidade financeira e atuarial.

VISÃO

Ser referência como Unidade Gestora de Regime Próprio de Previdência a partir de uma gestão humana, técnica, participativa e transparente.

VALORES

- ✓ Moralidade;
- ✓ Melhoria Contínua;
- ✓ Eficiência, Eficácia e Qualidade;
- ✓ Integridade e Responsabilidade Pessoal;
- ✓ Ética e Objetividade;
- ✓ Contribuição ao Desenvolvimento Econômico-social do Município de Conceição da Barra;
- ✓ Respeito aos Segurados, ao Meio Ambiente e à Identidade Organizacional.

META

Garantir a melhoria na capacitação dos gestores e potencializar a rentabilidade para que previsões atuariais se mantenham estáveis e o Instituto saudável.

OBJETIVO

Garantir e assegurar aos segurados e a seus dependentes os meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada; e proteção à família.

APRESENTAÇÃO

A Previdência Pública deixou de ser uma tarefa exclusiva de alguns, e passou a ser de toda a sociedade e de todos os cidadãos comprometidos e envolvidos com a transformação da realidade previdenciária social. As ações no campo da previdência convergem para o alcance de grandes objetivos finais voltados para a eficácia e equidade nas atenções à velhice dos servidores públicos municipais ligados a este RPPS.

A previdência social constitui no Brasil, atualmente, tema de elevada importância, não só pela finalidade que destina prover, mas também pelo especial momento que atravessa em razão de uma série de fatos, inclusive, ocupando o cerne do debate político nacional, que vão desde a má administração de seus recursos através das sucessivas tentativas de ingerências por parte de agentes políticos, sem o devido conhecimento, ao acentuado envelhecimento da população brasileira, propiciando um número crescente de beneficiários do sistema em detrimento de um número cada vez menor de contribuintes.

Daí, pois, a recente aprovação da Reforma da Previdência, através de Emenda Constitucional 103/2019, além das inúmeras ações governamentais no sentido de se lhe emprestar uma nova feição constitucional e infraconstitucional constitui-se como uma boia de salvação, pelo menos, para os próximos 10 anos.

Urge cada vez mais a necessidade de montar e estabelecer estratégias de fortalecimento do RPPS, a fim de eliminar sua vulnerabilidade, e uma delas, é à falta de uma base de dados cadastrais que possa retratar com exatidão a real situação deste RPPS, sendo um dos temas enfrentado pelo PREVICOB em 2023.

No que tange ao regime próprio de previdência municipal, quando bem administrado, é de grande valia e importância para os munícipes e seus servidores, pois agrega valor à economia municipal.

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Conceição da Barra – PREVICOB, sempre teve como objetivo contribuir com a expansão, fortalecimento e aperfeiçoamento da previdência dos servidores públicos municipais, e ainda, dá grande importância à gestão responsável para aplicação das políticas previdenciárias e suas vantagens para o servidor, quanto para o ente federativo.

O presente Relatório de Gestão tem como peça instrumental de prestação de contas, para atender o disposto na Instrução Normativa nº 43, TCEES de 05 de dezembro de 2017, que determina o envio de dados e informações, com expressa referência à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

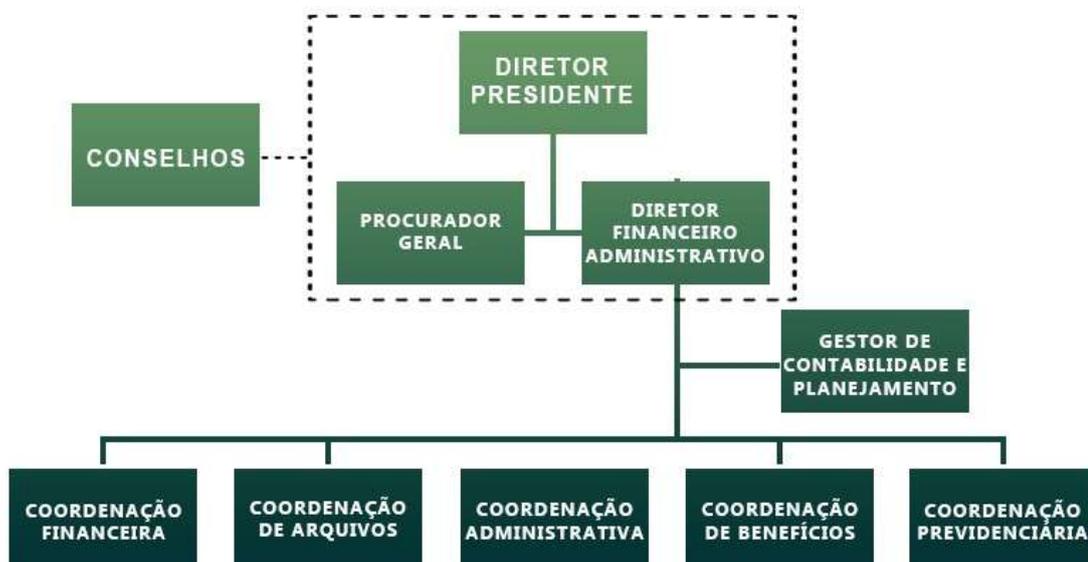
As informações contidas no relatório demonstrarão dados administrativos, atuariais, investimentos e gerenciais relacionados à gestão previdenciária do exercício de 2023 comparado com cenários sobre os resultados das gestões passadas recentes, como, da taxa de administração, desempenho da evolução patrimonial, mudança de filosofia na gestão, evolução da massa de segurados, além, claro, das informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais do regime em formatos padronizados pelos órgãos de controle.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIÁRIA

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Conceição da Barra – PREVICOB foi criado pela Lei Complementar nº 01 de 20 de março de 2002, posteriormente reestruturado pela Lei Complementar Municipal 10/2006, de 18 de março de 2006, cuja finalidade essencial é gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Município, especialmente quanto à gestão de recursos utilizando as melhores técnicas com o objetivo de preservação dos recursos e operacionalização das normas previdenciárias, visando garantir o pagamento de benefícios previdenciários aos segurados do Regime Próprio e a seus dependentes, abrangendo os servidores da Câmara de Vereadores e da Prefeitura de Municipal de Conceição da Barra.

Da Estrutura organizacional

A estrutura técnico-administrativa organizacional do PREVICOB compõe-se dos seguintes órgãos: Diretoria Executiva, composta por um Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e um Procurador; Conselho de Administração; Conselho Fiscal; e, Junta de Recursos. O funcionamento efetivo está estruturado conforme organograma.



Do Funcionamento da Estrutura organizacional

A estrutura administrativa da Autarquia é composta pelos cargos de Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Procurador Jurídico, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de dois anos, escolhidos dentre os servidores do quadro efetivo da administração municipal.

Também são nomeados para ocupação por prazo determinado, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, bem como os componentes do Comitê de Investimentos.

Além destes membros, a estrutura administrativa visando à execução das atividades inerentes a sua finalidade, conta com quadro de servidores cedidos, comissionados e contratados diretamente pela Autarquia. A sede administrativa do Instituto encontra-se localizada na Rua Graciano Neves, 193, Centro, Conceição da Barra.

Do Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal do PREVICOB é formado por 10 colaboradores, com atribuições descritas nas Leis Complementares do município números 10/2006, 28/2012, 42/2017, 46/2018 e 67/2022 (todas disponíveis no site do PREVICOB) abaixo descritos:

CARGOS	CRIADOS	OCUPADOS
EFETIVOS	11	00
COMISSIONADOS	13	07
CONTRATADOS	00	00
CEDIDOS - COMISSIONADOS	02	02
TOTAL	26	09

Por definição legal os cargos de Diretoria, no total de 03 (três), não constam da tabela acima por serem custeados pelos cofres da municipalidade.

Governança Corporativa

Podem-se classificar algumas das práticas de governança corporativa que nortearão esta gestão, por meio dos princípios discriminados:

PRINCÍPIOS	PRÁTICAS
EQUIDADE	Tratamento igualitário entre todos os colaboradores e demais partes interessadas.
PRESTAÇÃO DE CONTAS	Os agentes da governança devem assumir as consequências de seus atos e omissões.
TRANSPARÊNCIA	Algo imprescindível para criar confiança interna e externa. É o autêntico desejo de informar fatos positivos ou negativos, sem restrições.
RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Zelar pela sustentabilidade da organização, visando à longevidade e incorporando definições de ordens social e ambiental.

Do Controle Interno

O Controle Interno do RPPS de Conceição da Barra é realizado pela Controladoria Geral do Município (CGM), nomeado pelo Prefeito Municipal, sendo composta e conduzida por um servidor nomeado em cargo comissionado, e os demais servidores do quadro de pessoal são majoritariamente cargos comissionados.

A regulamentação da Controladoria Geral do Município se dá através da Lei Complementar Municipal nº 27 de 26 de janeiro de 2012, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 52/2018, cujo controle é sobre toda a Administração

Pública Municipal, ou seja, não só da administração direta, mas também da indireta, no caso, das autarquias municipais.

Desde então, esta Autarquia vem sendo acompanhada e orientada por este órgão de controle, com eficiência e eficácia na mais estrita observância da legislação.

Plano de Custeio do RPPS

As alíquotas de contribuição previstas para o ente estável, os servidores ativos, inativos e os pensionistas, atualmente obedecem aos limites estabelecidos no Artigo 41 da LCM 10/2006 e alterações posteriores, especialmente a LCM 54/2019, LCM 59/2020 e LCM 73/2023.

Os percentuais de contribuição no RPPS de Conceição da Barra atualmente em vigor, conforme estabelecidos acima, são os seguintes:

- 14% para os servidores ativos, incidentes sobre a respectiva remuneração de contribuição;
- 14% para os servidores inativos e pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede ao teto do INSS;
- 14,55% para o município, incidentes sobre a respectiva remuneração de contribuição dos servidores ativos, a título de contribuição normal, até a competência do Nov//2023;
- 22,00% para o município, incidentes sobre a respectiva remuneração de contribuição dos servidores ativos, a título de contribuição normal, a partir da competência de dezembro/23, em função da entrada em vigor da LCM 73/2023, de 08/08/2023;

A definição de Salário de Contribuição está prevista na Lei Complementar 54/2019 que altera a Lei Complementar 10/2006, disponível no site institucional.

Das Reuniões no Exercício de 2022

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do RPPS de Conceição da Barra realizam suas reuniões conforme cronograma pré-estabelecido, e na forma exigida pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013, é divulgado nos meios de comunicação o local e disponibilizado no site oficial do PREVICOB <http://www.previcob.es.gov.br>, informado as datas, horário e locais de realização delas.

No decorrer do ano de 2022, houve reuniões dos órgãos de deliberação colegiada, a saber, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Onde as atas dessas reuniões encontram-se disponíveis no endereço: <http://www.previcob.es.gov.br>

A seguir evidenciamos as principais deliberações realizadas pelos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal em suas reuniões.

Das Reuniões Conselho de Administração

Conselho de Administração – Atuou principalmente no monitoramento da gestão do PREVICOB, acompanhado/aprovação dos temas relativos ao cálculo atuarial, investimentos, regularidade previdenciária, dentre outros temas, e podemos destacar a aprovação da política de Investimentos para o Exercício de 2024.

Das Reuniões Conselho Fiscal

Conselho Fiscal – Atuou principalmente no monitoramento e na verificação dos processos de despesa, no controle do limite da taxa de administração, dentre outros, visando à emissão do Parecer Conclusivo sobre a Prestação de Contas que será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Das Reuniões de Diretoria Executiva

Destacamos ainda, as reuniões realizadas pela Diretoria Executiva, que também são divulgadas na forma exigida pela portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013.

Nestas, estão contempladas os debates sobre as metas anuais do Previcob e a formação de conceitos para dirimir os temas conflitantes do cotidiano da gestão do Instituto e, ainda a participação nas estratégias de aplicação de recursos na busca do melhor desempenho possível, como pode ser verificado no mesmo endereço acima citado, ou seja, <http://www.previcob.es.gov.br>.

Do Comitê de Investimentos

Os recursos financeiros dos regimes próprios de previdência social devem ser corretamente aplicados para contribuir com o equilíbrio financeiro e atuarial do regime. Em função disso, o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 3922/2010, com adequações nas Resoluções n.º 4.392/14, 4.604/17, 4.695/18 que regulamentam as possibilidades de os regimes próprios de previdência investirem seus recursos e em que parâmetros.

Para os gestores dos RPPS, responsáveis pela gestão dos recursos, existe ainda a certificação concedida pela APIMEC e ou ANBIMA denominadas CGRPPS. Para conseguir essa certificação, o servidor interessado deverá prestar uma prova em uma dessas entidades e atingir o percentual de acertos estipulado para poder receber a certificação. Para fazer a prova, o servidor deverá inscrever-se em uma das entidades acima referidas, pagar a taxa de inscrição e comparecer na data agendada para prestar a prova. Além disso, o servidor certificado tem que proceder a atualização a cada três ou cinco anos, dependendo da normatização da entidade certificadora.

A partir de janeiro de 2015 todo o RPPS, independente de valor de recursos que possuam aplicados no mercado financeiro, deverá ter, no mínimo, a maioria dos membros do comitê de investimentos certificados por uma das certificações disponíveis pelas entidades certificadoras. Pode ser certificado CPA-10 ou CPA-20.

Assim sendo seguem abaixo nossos membros, nomeados pela Portaria nº 36 de 26 de janeiro de 2023:

NOME: GERALDO CARDOZO BANDEIRA

END: Rua João Manoel da Fonseca, 69, Bairro – Marcílio Dias II, Formação: Superior Incompleto – Certificação CPA 10 Vencimento: 15/12/2024 TEL: 27 99757-7216.

E-MAIL: Geraldo.bandeira@gmail.com

NOME: MARIO LUIZ DA SILVA JUNIOR

END: Rua Horácio Barbosa Alves, 342, Guriri – São Mateus

FORMAÇÃO: Superior Completo – Certificação RPPS DIRIG I.

TEL: 27 99948-9117 - E-MAIL: Adv.mario@gmail.com

NOME: FABRICIO SIQUARA GONÇALVES

END: Rua 22, 22, Bairro Guaxindiba – Formação: Nível Médio

Certificação Intermediário CP RPPS DIRIG II - TOTUM.

Vencimento: 23/11/2020 TEL: 27 99893-9847 - E-mail: fabriciosg13@gmail.com

Das reuniões do Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos do RPPS de Conceição da Barra faz suas reuniões bimestrais ou extraordinárias, as quais seguem um cronograma pré-estabelecido, que na forma exigida pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, é divulgado nos meios de comunicação local e disponibilizado no site oficial do <http://www.previcob.es.gov.br>, informando as datas, horário e locais de realização delas.

Principais Ações Realizadas em 2023

Treinamento

O treinamento e a capacitação de servidores e conselheiros, bem como dos próprios diretores, é um dos principais investimentos e um compromisso estratégico da atual Diretoria Executiva. E em 2023 não foi diferente, houve capacitações e participações em palestras, seminários e congressos. Evidenciamos a participação em cursos, congressos e treinamento dos Membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, os Membros do Comitê de Investimentos e servidores do Instituto.

Resoluções/Portarias

Em 2023 foram elaboradas e publicadas 91 Portarias e Resoluções 4 Decretos, versando sobre matéria administrativa e previdenciária. Essas e todas as demais normativas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.previcob.es.gov.br>

Revisão da estrutura do quadro de servidores do PREVICOB

Com o desenvolvimento dos trabalhos e a expectativa de crescimento das atividades do Instituto fez-se a implantação e reorganização do quadro de servidores, revisado através da Lei Complementar nº 67/2022, de 01/04/2022.

Revisão do Plano de Amortização do Déficit Técnico

A fim de garantir a sustentabilidade do RPPS de Conceição da Barra e o equilíbrio financeiro-actuarial exigido pela constituição Federal, o Município através da Lei Complementar nº 54/2019 e Decreto do Executivo Municipal nº 5577/2022, de 05/04/2022, revisou o Plano de Amortização do Déficit Técnico Actuarial, apurado em reavaliação e abordado em detalhe no capítulo que trata da Gestão Actuarial.

Alterações Legislativas

Todo ordenamento jurídico, para estar em sintonia com as mutações exigidas pela sociedade, precisa passar por uma constante atualização. Razão pela qual - e dada à importância de se manter a similaridade de tratamento entre as regras definidas para os RPPS dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com aquelas introduzidas pela Lei Federal. Em 2020 promoveu-se a adequação da alíquota de contribuição previdenciária dos segurados para 14%, através da Lei Complementar 59/2020. Já em 2022, através da Lei Complementar nº 65/2022 o Município editou a lei de revisão das concessões dos benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, conforme exigência da Emenda Constitucional nº 103/2019. Editou, também, a Lei Complementar nº 66/2022, que institui o Regime de Previdência Complementar, já em 2023 promoveu-se a alteração da alíquota de contribuição Patronal, através da LCM nº 73/2023, passando dos atuais 14,55% para 22%.

Realização do Projeto de Aproximação e Valorização de Aposentados e Pensionistas Segurados pelo PREVICOB

Com o objetivo de valorizar os aposentados e pensionistas, o PREVICOB realizou, em 2023, três eventos em praça pública, envolvendo segurados e as comunidades da Sede e Braço do Rio com vistas à atenção ao idoso, ocasião em que foram realizadas várias atividades, como: ginástica, consultas médicas, distribuição de brindes e momentos de troca de ideias entre os presentes e muito mais e, na véspera do período de carnaval 2023 todos aposentados e pensionistas foram convidados a participarem de um bloco dos idosos, tendo grande repercussão e mui lazer entre àqueles que compareceram.

Além das atividades citadas, durante o ano 2023, destacam-se ainda:

- Aumento das disponibilidades financeiras de 52 milhões para 62 milhões;
- Implantação do processo eletrônico (“projeto papel zero”);

- Avanço na alíquota Patronal de 14,5% para 22%, fortalecendo o sistema financeiro do Previcob;
- Projeto finalizado e pedido de emendas parlamentares ao deputados estaduais e federais bem como ao Governador para construção da sede própria do PREVICOB;
- Qualificação dos Conselheiros Administrativos e Fiscais com aprovação dos Conselheiros no Instituto TOTUM - credenciada pelo Ministério da Previdência;
- Qualificação da Equipe Técnica na nova lei de licitações (Lei Federal 14.133/2021) e implantação de todo procedimento no PREVICOB com a nova lei licitatória;
- Avanço histórico na arrecadação da Compensação Previdenciária – COMPREV;
- Pedido ao Poder Executivo Municipal de doação de área para construção do PREVICOB, aguardando decisão do Prefeito Municipal (processo n° 3388/2023);
- Destaque nacional em boas práticas em Previdência Municipal (menção honrosa recebida em Belo Horizonte/MG em congresso nacional dos Institutos Públicos de Previdência Própria);
- Implantação da Previdência Complementar junto ao Poder Executivo e PREVES;
- Realização do Censo Previdenciário 2024, atualizando todo cadastro dos servidores aposentados e pensionistas;
- Presidente e Diretor Administrativo Financeiro aprovados na Certificação do Instituto TOTUM (credenciada pelo Ministério da Previdência Social), atendendo a legislação Federal para ocupar os cargos de diretoria executiva;
- Reduziu as taxas cobradas pelos bancos, gerando economia e revertendo em qualificação da equipe PREVICOB;
- Manteve diálogo constante com o Prefeito Municipal, Secretários Municipais e Vereadores da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES;

Metas Priorizadas para 2024

Para o cumprimento da missão e visão do PREVICOB, foram definidas as estratégias de ação, abaixo relacionadas, para serem alcançadas no período de 2023:

Acompanhamento sistemático das aplicações financeiras

O Comitê de Investimentos do PREVICOB, com apoio de empresa contratada - especializada em assessoria financeira - realizará acompanhamento sistemático e proativo de todos os valores aplicados pelo Instituto no mercado financeiro.

Site em conformidade com a legislação vigente

Em consonância com os princípios de transparência, legalidade e publicidade, o site do Instituto continuará sendo alimentado de forma frequente e com todas as informações previstas na legislação vigente. Afinal, trata-se de uma ferramenta que esclarece inúmeras dúvidas e está ao alcance da maioria dos segurados.

Informativos através de grupos de comunicação

Com o objetivo de levar informações, de forma continuada, aos seus segurados ativos e inativos, o PREVICOB trabalhará com informativos diretos através de mensagens “sms” e grupos de comunicação por aplicativos específicos levando a prestação de contas do exercício anterior e as principais notícias do RPPS aos seus segurados.

Aquisição de imóvel

A aquisição de um imóvel – processo de desapropriação em andamento, localizado na área central do Município de Conceição da Barra. Neste biênio, buscaremos um local que atenda nossas necessidades para que possamos adquirir e reformar uma sede própria.

Pro Gestão

O Pró Gestão RPPS – meta a ser alcançada - é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS. É a avaliação, por entidade certificadora externa, credenciada pela Secretaria de Previdência - SPREV, do sistema de gestão existente, com a finalidade de identificar sua conformidade às exigências contidas nas diretrizes de cada uma das ações, nos respectivos níveis de aderência.

Como procedimento para a melhoria da gestão, por meio da avaliação e estudo dos processos da organização, a certificação pressupõe o seu diagnóstico detalhado, sob uma visão sistêmica, por meio do mapeamento e análise dos processos de negócio e sua posterior modelagem, buscando a melhoria dos processos existentes, pela introdução de padrões de qualidade, e sua devida documentação.

Realização do Projeto de Aproximação e Valorização de Aposentados e Pensionistas Segurados pelo PREVICOB

Com o objetivo de valorizar os aposentados e pensionistas, o PREVICOB dará continuidade a este projeto visando trazer alegria, interação, troca de experiências, relacionamento e buscando trabalhar a autoestima de seus segurados que não estão na ativa. Na ocasião pretende-se, a exemplo do que tem sido feito com os atuais segurados quando se aposentam, será entregue um certificado em agradecimento aos serviços prestados ao município ao longo da sua carreira, esta singela homenagem tem sido bem recebida pelos recém-aposentados e almejada pelos antigos. Foi pensada, ainda, um evento de entretenimento e uma pequena palestra sobre qualidade de vida, procurando retribuir um pouco àqueles que tanto serviram ao município, compartilhando esperança, emoção e resgate de vida.

DA ATUALIZAÇÃO DA BASE CADASTRAL – CENSO 2023

Conforme Lei Complementar nº 10/2006, a periodicidade do Recenseamento será de cinco anos. A realização periódica do recenseamento previdenciário ou recadastramento é uma obrigação legal (artigos 3º e 9º, II da Lei 10.887/2004). Compete ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Conceição da Barra – PREVICOB – manter as informações previdenciárias dos servidores municipais atualizadas e compatíveis com a base de dados gerida pelo Ministério da Previdência Social.

A base cadastral dos servidores efetivos ativos, segurados pelo PREVICOB, teve, pela primeira vez, sua base totalmente atualizada no exercício de 2018, após realização do Censo Previdenciário instituído pelo Decreto Municipal nº 5011/2018, dispõe sobre os procedimentos para realização do Censo Cadastral Previdenciário dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Administração Direta e Indireta do Poder executivo, do Poder Legislativo, Autarquias e Fundações vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra.

No ano de 2023, realizou-se o segundo recenseamento geral, por força do Decreto Municipal nº 5.755-A/2023, conforme descrito em seu Artigo 1º “Fica instituído o censo previdenciário obrigatório de todos os ativos, inativos e pensionistas do Município de conceição da Barra, extensivo ao Poder Legislativo e Autarquias; os quais estejam vinculados ao PREVICOB, de seus dependentes, na finalidade de atualizar suas informações que constam da base cadastral do quando de pessoal do Município (PA nº 7440/2023).”

Da realização e conclusão do Censo Previdenciário de 2023, observou-se o aprimoramento, renovação e manutenção da gestão de dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores públicos municipais ativos, inativos, pensionistas e dependentes, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do

município de Conceição da Barra - ES, a fim de atender às necessidades de execução dos serviços da Unidade Gestora – PREVICOB – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Conceição da Barra – ES. Nos trabalhos realizados no Censo 2023, adotou-se os regramentos abaixo e alcançou os seguintes resultados:

Sabe-se que o objetivo do Recadastramento Previdenciário é a obtenção de dados da vida laboral de cada participante pertinente ao Cálculo Atuarial. A manutenção de uma base de dados atualizada e consistente auxilia e influencia na capacidade de mensuração dos benefícios que serão concedidos futuramente pelo Sistema Previdenciário, bem como o nível de contribuição necessário para que haja o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do plano de forma sólida e confiável. Portanto, o recadastramento não apenas garante a integralidade das informações, mas também contribui de maneira inestimável para a sustentabilidade e segurança do sistema previdenciário como um todo.

Este tipo de censo busca informações específicas relacionadas aos dados pessoais e funcionais, assim sendo relevantes para uma gestão eficaz do sistema de previdência social. Dessa forma, a conjunção de um Censo Previdenciário abrangente representa um compromisso duplo, seja para garantir a estabilidade financeira do sistema ou até mesmo para promover uma administração previdenciária orientada pela atualização contínua, em ênfase as características singulares de cada participante, como também entendemos que o censo é a melhor forma de realizar uma radiografia ampla para o Município, facilitando, assim, a implantação ou ampliação de políticas públicas ligadas diretamente ao servidor, tais como: saúde operacional que está ligada intrinsecamente a doenças e a concessão de benefícios precoces, organização do quadro de servidores visando o aprimoramento, investimento e reposição em seu quadro pessoal.

Reforça-se não apenas a responsabilidade, mas também a eficácia na gestão de um sistema previdenciário que sempre busca atender de maneira integral e justa às necessidades de seus beneficiários.

OBJETIVO ESPECÍFICO - Regularizar os dados dos beneficiários indispensáveis à sua identificação única, visando à correta manutenção e cessação dos benefícios,

seja por motivo de óbito, emancipação ou maioridade; atualizar os dados de endereço de todos os beneficiários, a fim de possibilitar o contato do RPPS com cada um dos segurados; realizar a comprovação familiar e de vida de todos os beneficiários; e detectar divergências no cadastro, com a possibilidade de identificar possíveis falhas quanto ao recebimento de benefícios ou remunerações por essa municipalidade. A atualização da base cadastral do RPPS visa garantir a real consistência da Avaliação Atuarial realizada anualmente com foco no equilíbrio do plano previdenciário, bem como a atualização da base do Instituto de Previdência para melhor atender seus beneficiários, realizando, assim, uma transparência nos atos administrativos. Todavia, a realização do censo não é só uma formalidade administrativa “corriqueira”, mas uma iniciativa estratégica que visa garantir a solidez, eficácia e transparência do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), beneficiando diretamente aqueles que dependem do sistema para o seu amparo previdenciário.

Base Legal para o CENSO 2023

O Censo cadastral tem como base legal atos formais que definem as diretrizes para a sua realização, que são:

Decreto Municipal nº 5.755-A/2023

... “Art. 1º - Fica instituído o censo previdenciário obrigatório de todos os ativos, inativos e pensionistas do Município de Conceição da Barra, extensivo ao Poder Legislativo e Autarquias; os quais estejam vinculados ao PREVICOB, de seus dependentes, na finalidade de atualizar suas informações que constam da base cadastral do quando de pessoal do Município (PA nº 7440/2023).”

Portaria PREVICOB nº 87/2023

... “Art.1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Portaria Conjunta, as normas e procedimentos para a realização do Censo Cadastral Previdenciário dos Servidores Públicos Ativos (titulares de cargos efetivos) e seus dependentes, aposentados e pensionistas, segurados do “PREVICOB”, inclusive os servidores licenciados e cedidos a outros órgãos e Poderes, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – “RPPS” do Município de Conceição da Barra/ES, conforme preceituado no art. 18 do Decreto 5.755-A/2023.”

Tecnologia e Metodologia Utilizadas

Para atender às exigências técnicas do projeto de Censo Previdenciário, foi utilizado o sistema de gestão centralizada ASPPREV, desenvolvido em plataforma web, cuja robustez garante a segurança necessária tanto em relação à consistência, quanto ao sigilo das informações armazenadas, tais como: política de armazenamento de senhas e dados. O sistema fornece a tecnologia capaz de realizar o Censo Previdenciário com a possibilidade de digitalizar documentos e coletar informações dos servidores e segurados recenseados.

No polo de atendimento foi utilizada uma equipe de servidores para atendimento presencialmente e também no sitio online www.previcob.es.gov.br.

No que tange à digitalização dos documentos, foram utilizados equipamentos como: scanners e smartphones.

O atendimento era finalizado com a devolução ao servidor de toda a documentação entregue para digitalização juntamente com o protocolo de comparecimento. A duração média de todo o fluxo de atendimento ficou em torno de 15 minutos. Os segurados que compareciam no Instituto sem a documentação completa exigida eram orientados a fazer o reagendamento para atendimento em outro dia e horário.

Dificuldades Encontradas

A realização do Censo Previdenciário do Município de Conceição da Barra apresentou dificuldades, tais como: base dos servidores ativos incompleta devido a falta de atualização do Ente em enviar os dados dos servidores aprovados e chamados nos últimos concursos; baixa adesão dos servidores efetivos; resistência dos servidores no envio da documentação e saneamento dos dados enviados pela Prefeitura.

Além disso, devido à baixa adesão dos servidores/segurados, fez-se necessária a prorrogação do prazo de realização do censo. Inicialmente, o censo havia sido programado para acontecer em um mês, no período compreendido entre 22/11/2023 a 22/12/2023 (Portaria nº 87/2023), todavia, devido às dificuldades ora relatadas, o prazo de realização do Censo Previdenciário estendeu-se até o dia 31/12/2023, conforme disposto na Portaria nº 87-A/2023, de 22 de dezembro de 2023.

Dados Exigidos no Censo

I – DOCUMENTOS EXIGIDOS AOS SERVIDORES ATIVOS:

- Registro Geral (RG);
- Certidão de Casamento ou Escritura Pública de União Estável, emitida em Cartório;
- CPF e Carteira de Trabalho;
- Comprovante de Residência Atualizado ou Declaração de Endereço assinada e reconhecida em Cartório;
- RG/Certidão de Nascimento e CPF dos dependentes;
- Título de Eleitor/Comprovante que votou na última eleição;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (páginas do número e identificação);
- Comprovante de Cadastro no PIS/PASEP;
- Comprovante de Escolaridade;
- Certidão de alistamento militar/Reservista;
- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) se houver;

II – DOCUMENTOS EXIGIDOS AOS APOSENTADOS:

- Registro Geral (RG);
- Certidão de Casamento ou Escritura Pública de União Estável, emitida em Cartório;
- CPF e Carteira de Trabalho;
- Comprovante de Residência Atualizado ou Declaração de Endereço assinada e reconhecida em Cartório;
- RG/Certidão de Nascimento e CPF dos dependentes;
- Título de Eleitor/Comprovante (se votou na última eleição);
- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) se houver;
- Cartão de conta corrente ou poupança.

III – DOCUMENTOS EXIGIDOS AOS PENSIONISTAS:

- Documento de Identificação com foto, ou Certidão de Nascimento na ausência do documento de identificação;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF, inclusive quando menor de idade;
- Comprovante de Residência Atualizado ou Declaração de Endereço assinada e reconhecida em Cartório;
- Título de Eleitor/comprovante que votou na última eleição (facultativo acima de 70 anos e entre 16 e 18 anos);
- Certidão de Óbito do falecido (documentos pessoais);
- Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
- Cartão de conta corrente ou poupança.
- No caso de pensionista, o recenseamento será feito individualmente, mesmo quando o beneficiário for menor de idade.

No caso de servidor ativo, aposentado ou pensionista ser assistido ou representado judicialmente, havia a obrigatoriedade do TUTOR ou CURADOR apresentar os respectivos documentos:

- Documento de Identificação com foto;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF;
- Título de Eleitor/comprovante que votou na última eleição; e
- Documento de Curatela, Tutela ou Guarda Judicial.
- Cartão de conta corrente ou poupança.

Comparecimento dos Servidores

O Censo previdenciário foi realizado na forma híbrida, proporcionando aos segurados Ativos (concursados), Inativos (aposentados) e os pensionistas, um site para a modalidade on-line e posto de atendimento para a realização na modalidade presencial, garantindo a oportunidade de todos participarem.

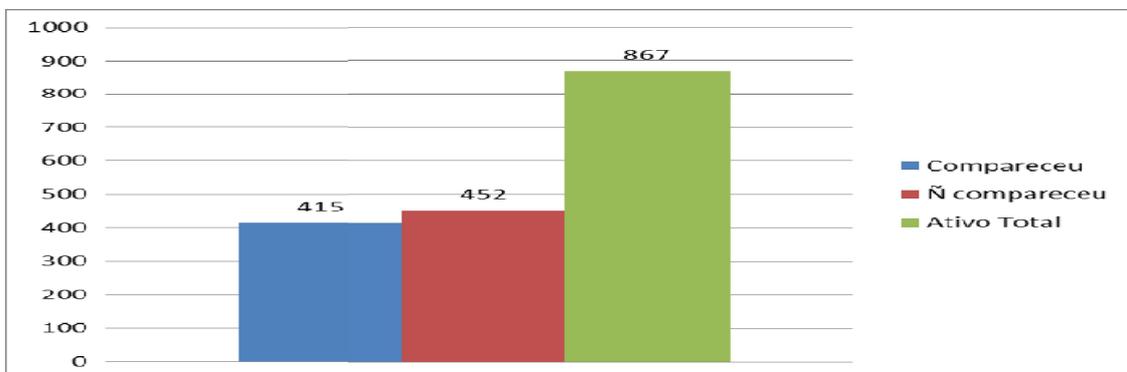
O atendimento presencial para a realização do recenseamento era realizado de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, na Sede do PREVICOB (Rua Graciano Neves, 193 Centro - Sede), ou de forma online através do site <https://previcob.es.gov.br/> (no link “Auto Atendimento” e recadastramento”), tendo como data inicial o dia 22/12/2023

e data final o dia 31/12/2023, conforme previsto na Portaria nº 87/2023 c/c a Portaria nº 87-A/2023.

Diante do período mencionado, segue abaixo informações relativas ao comparecimento dos servidores classificando POR VIDAS que realizaram a atualização cadastral por meio de aplicativo ou presencial:

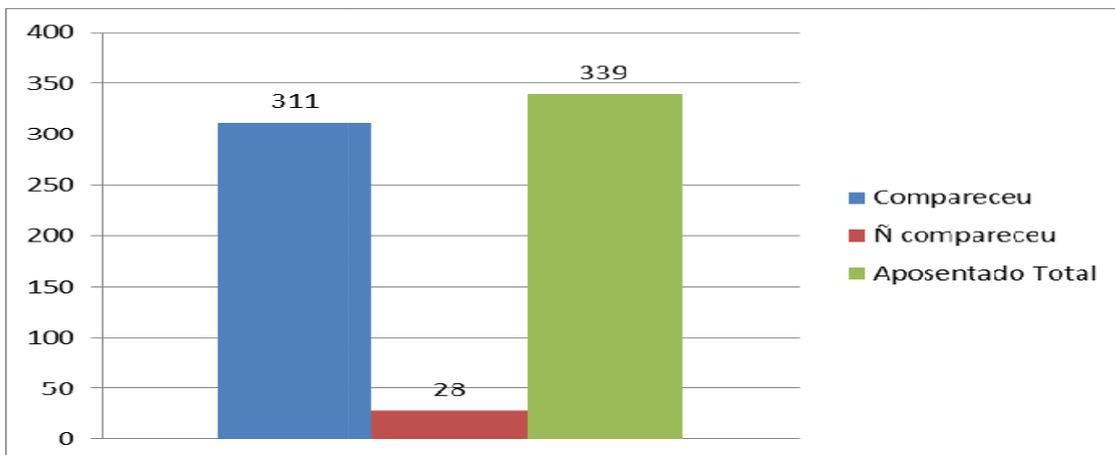
ATIVOS

Ativos		
Situação	Quant.	%
Compareceram	415	47,9%
Não Compareceram	452	52,1%
Ativo Total	867	100%



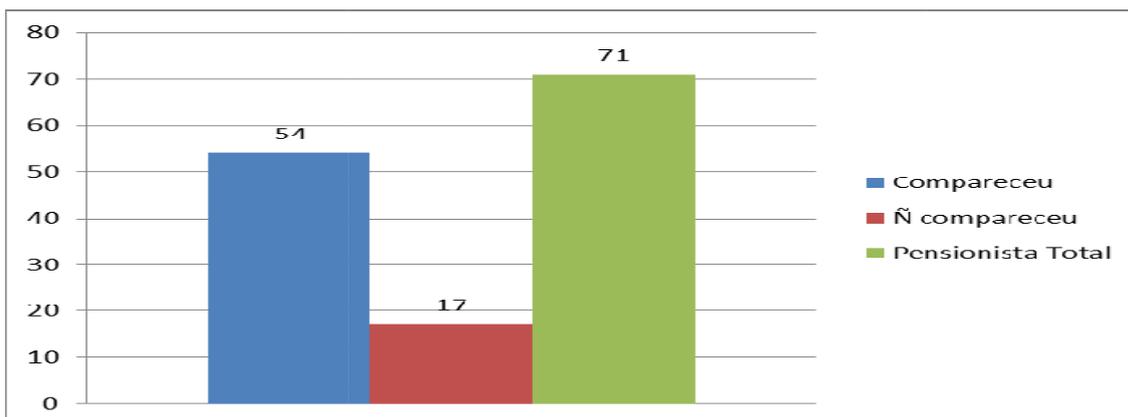
APOSENTADOS

Aposentados		
Situação	Quant.	%
Compareceram	311	91,7%
Não Compareceram	28	8,3%
Aposentado Total	339	100%



PENSIONISTAS

Pensionistas		
Situação	Quant.	%
Compareceu	54	76,1%
Não Compareceram	17	23,9%
Pensionista Total	71	100%



TOTALIZAÇÃO

Situação	Quant.	%
Compareceram	780	61,1%

Não Compareceram	497	38,9%
Total de Servidores	1277	100%

Recomendações e Conclusões Gerais sobre o Censo

Com base nas informações apresentadas, a coleta de dados fomentou o banco de dados do sistema do PREVICOB, o qual será utilizado também para fomentar os demais sistemas presentes no Município, como o sistema utilizado no Instituto (ASPPREV) e na Prefeitura Municipal, tornando-os ainda mais completo possível para uma maior segurança ao controle efetivo de dados.

Assim sendo, o Censo Previdenciário cumpriu com toda a sua base de execução, sendo a publicação de um ato normativo de organização, a publicidade do acontecimento para acesso a todos e a operacionalização em si do censo, ou seja, a execução e a coleta de todas as informações possíveis.

Para o sucesso efetivo e maior eficácia na realização dos trabalhos do Censo atual e de futuros é indispensável observar a necessidade de adicionalmente estar atendo aos seguintes itens:

- ✓ Aplicação das sanções determinadas no Decreto Municipal nº 5.755-A e nas Portarias nº 87/2023 e 87-A/2023, para os ausentes;
- ✓ Publicidade dos resultados;
- ✓ Oficiar os órgãos anexando as listas dos servidores que não compareceram ao censo para as ações cabíveis; e
- ✓ Manter rotina de atualização constante da base de dados dos servidores efetivos/ativos, aposentados e pensionistas, para garantir a consistência das informações nos anos seguintes.

Por fim, reafirmamos a importância da participação de toda equipe operacional e de gestão deste momento ímpar vivido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Conceição da Barra – PREVICOB.

Do Recadastramento Anual Inativos e Pensionistas – PROVA DE VIDA

O Recadastramento anual trata-se de atualização de dados do Regime Próprio de Previdência Social, englobando apenas os seus segurados: inativos (aposentados), pensionistas e seus dependentes, com informações pessoais atualizadas dos segurados, como: Nome, CPF, Data de nascimento, Endereço, Raça, dependentes dentre outros.

Conforme legislação o recadastramento é realizado anualmente, sempre no mês de aniversário, onde é exigido do aposentado e pensionista, que obtiverem o seu benefício concedido até o dia 31 de dezembro do exercício anterior, o comparecimento do PREVICOB para realizar a Prova de vida.

Trata-se de um procedimento administrativo obrigatório presencial e ou através de aplicativo próprio, disponibilizados pelo RPPS, que visa evitar pagamentos indevidos de benefícios, além de atualizar os dados cadastrais dos benefícios. No ato da Prova de vida, o beneficiário apresenta um documento de identidade legalmente aceito e comprovante de residência recente.

O Previcob, além da convocação sistemática para comparecimento dos segurados no mês de aniversário, disponibiliza a opção de aplicativo próprio para promover a realização do recadastramento dos segurados que estejam com algum tipo de dificuldade par locomover-se até a sede do Instituto.

Durante o ano de 2023 a realização da Prova de Vida transcorreu satisfatoriamente com um nível de comparecimento bem próximo de sua totalidade e, para os casos de não comparecimento, foi efetivada a suspensão do pagamento dos benefícios até que o segurado realizasse a regularização através da atualização cadastral.

DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios do RPPS

O RPPS de Conceição da Barra visa dar cobertura contra os riscos a que estão sujeitos os seus segurados e compreende benefícios que atendam à finalidade de garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada, inatividade e morte.

De acordo o artigo 26 da Lei Complementar Municipal 10/2006 o RPPS tem a previsão de conceder os benefícios em consonância com os previstos pelo Regime Geral, firmados nas Leis Complementares nº 9.717/1998, nº 10.887/2004 Lei Complementar Municipal nº 65/2022.

O plano de benefícios do PREVICOB compreende os seguintes pagamentos:

1. Aposentadoria

1.1 Idade

1.2 Tempo de contribuição

1.3 Voluntária

1.4 Especial (professor)

1.5 Invalidez

1.5.1 Portador de deficiência

1.5.2 Incapacidade permanente do trabalho

2. Pensão por morte

2.1 De beneficiário ativo

2.2 De beneficiário inativo

Registros de Aposentadorias e Pensões

Durante o exercício de 2023 foram concedidos 31 benefícios, sendo:

22 benefícios pela Regra Anterior a EC 103/2019

- Voluntária por tempo de contribuição = 06
- Voluntária por tempo de contribuição (professor) = 06
- Voluntária por idade = 02
- Aposentadoria por invalidez = 08

09 benefícios pela Regra posterior a EC 103/2019

- Incapacidade permanente = 04
- Professor = 04
- Pensão por morte = 01
- Voluntária (tempo de contribuição) = 01

Informo ainda que dos 32 processos de benefícios concedidos em 2023, 28 expedientes foram enviados ao TCEES para homologação, sendo que 03 expedientes não foram enviados, pois nos mesmos, após análise pelo sistema CidadES, foram verificadas inconsistências e foram abertas diligências. Sendo todos os servidores notificados, o Instituto aguarda prazo regimental para tomar as atitudes de regularizar.

O Instituto enviou 148 processos ao TCEES até o momento e estes são os status apresentados no site do mesmo;

- 121 em análise;
- 07 processos em diligência;
- 171 homologados.

Através de tabelas e gráficos, a seguir, apresenta-se a evolução histórica dos benefícios previdenciários no decorrer dos últimos anos, em que demonstra um volume crescente de benefícios concedidos sem a ocorrência, no entanto, de um crescimento no mesmo patamar da massa de segurados.

Evolução Histórica dos Benefícios

- **Evolução do número de segurados do Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra**

CATEGORIA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ativos	874	916	815	688	757	728	712	715	724
Inativos	192	216	249	261	290	301	312	318	344
Pensionistas	52	52	53	55	59	62	60	72	86
TOTAL	1118	1184	1117	1004	1106	1091	1084	1105	1154

MÊS BASE: dezembro

Quanto aos ativos mantiveram-se equilibrados, em função das alterações das regras de concessão promovidas pela Lei Complementar Municipal 65/2021, principalmente, por aumentar prazos para conceder benefícios que estavam para acontecerem durante os exercícios 2022 e 2023, bem como, a ausência de novos concursos públicos tanto no Executivo como no Legislativo, resultando, ao Instituto, até melhoria da arrecadação e função, também, da promoção de reajuste da remuneração dos servidores no exercício 2022, contribuindo para obtenção do equilíbrio financeiro do fundo previdenciário.

Evolução Quantitativa de Segurados

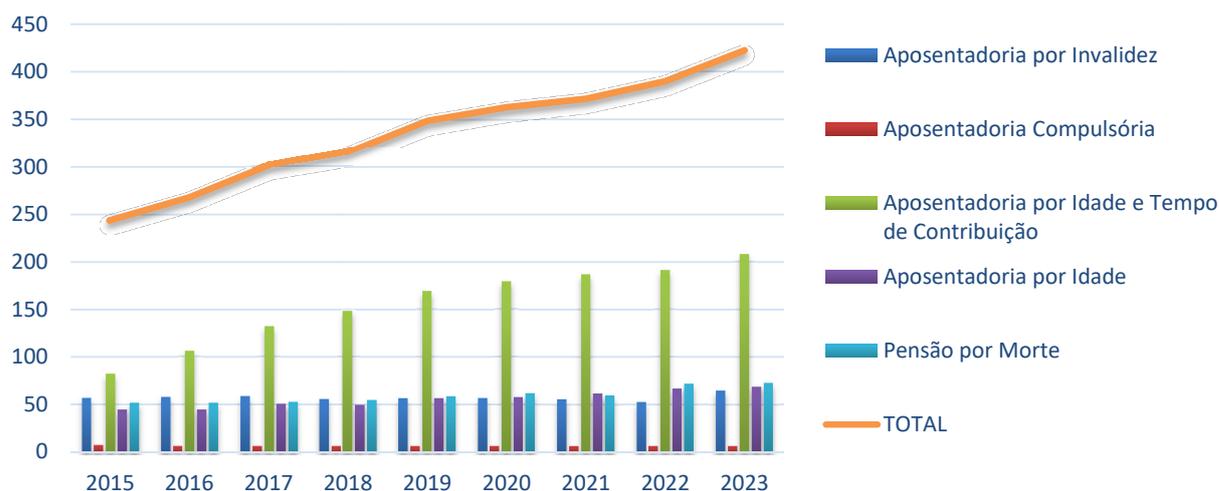


- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra.**

BENEFÍCIOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Aposentadoria por Invalidez	57	58	59	56	57	57	56	53	65
Aposentadoria Compulsória	8	7	7	7	7	7	7	7	7
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	82	106	132	148	169	179	187	191	208
Aposentadoria por Idade	45	45	51	50	57	58	62	67	69
Pensão por Morte	52	52	53	55	59	62	60	72	73
TOTAL	244	268	302	316	349	363	372	390	422

MÊS BASE: dezembro

Evolução de Quantitativos



- **Números de servidores Vinculados ao PREVICOB (*)¹:**

ÓRGÃO	ATIVOS	INATIVOS	PENSIONISTAS	TOTAL
Prefeitura Municipal	706	344	86	1136
Câmara Municipal	18	-	-	18
TOTAL	724	344	86	1154

¹ (*) A Constituição Federal, em seu artigo 40, § 20, acrescentado pela Emenda Constitucional n. 41/2003, veda a existência de mais de uma unidade gestora do respectivo Regime Próprio de Previdência em cada ente estatal. Vedação que já vigora pela Lei Nacional n. 9.717 de 1998. No Município de Conceição da Barra - ES, com advento da Lei Complementar Municipal 01/2002, os servidores inativos e pensionistas do Poder Executivo, Fundos, Legislativo e Autarquias, que obtiveram os seus benefícios concedidos antes da criação do PREVICOB, em 18/03/2002, passaram a receber os seus proventos de aposentadoria e pensão através do PREVICOB. Ficando mantida a responsabilidade do Tesouro Municipal pelo pagamento do benefício, nos termos da Lei Municipal n. 10/2006.

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com reajuste atribuídos aos servidores ativos – COM PARIDADE.**

BENEFÍCIOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Aposentadoria	74	100	161	175	195	203	218	209	280
Pensão por Morte	13	12	13	15	14	14	15	12	16
TOTAL	87	112	174	190	209	217	233	221	296

MÊS BASE: dezembro

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com reajuste na mesma data em que decorrer a atualização dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – SEM PARIDADE.**

BENEFÍCIOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Aposentadoria	118	116	88	86	95	98	107	109	182
Pensão por Morte	39	40	40	40	45	48	53	60	42
TOTAL	157	156	128	126	140	146	160	169	224

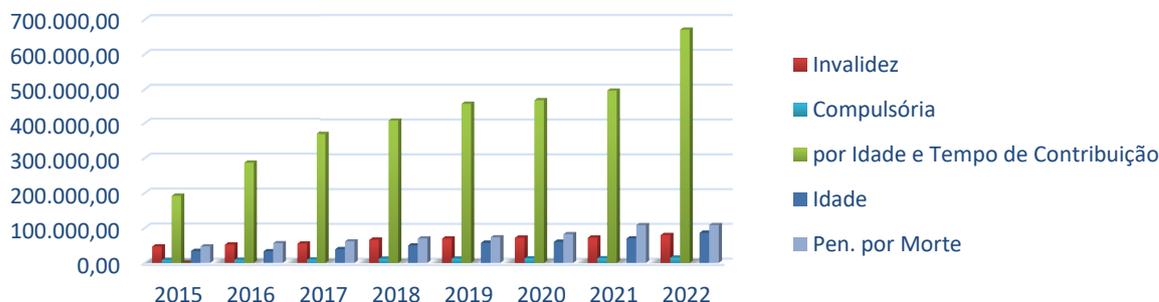
MÊS BASE: dezembro

- **Evolução dos valores despendidos com o pagamento dos benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra.**

BENEFÍCIOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Invalidez	52.256,46	55.334,00	66.465,73	70.051,44	72.396,57	72.620,75	80.085,09
Compulsória	8.685,16	9.256,64	11.854,79	12.227,12	12.784,06	13.472,97	14.842,79
Por Idade e Tempo de Contribuição	286.644,71	370.215,35	408.881,33	457.246,39	467.340,58	495.147,17	670.166,71
Idade	33.233,44	39.638,84	50.259,86	57.864,34	60.467,62	70.412,22	86.578,51
Pen. Por Morte	56.521,70	62.049,98	70.109,50	73.662,40	82.622,33	108.588,11	108.743,70
TOTAL	437.341,47	536.494,81	607.571,21	671.051,69	695.611,16	760.241,22	960.416,80

MÊS BASE: dezembro

Evolução Dispendios



Resumidamente, percebe-se um aumento expressivo de 26,33% nos valores despendidos com benefícios, especialmente, com aposentadorias concedidas por idade e tempo de contribuição, do grupo de benefícios especiais, representam o grupo com maior crescimento ao longo dos anos.

Da Perícia Médica

É uma concessão de benefício, em função de doença que impeça o servidor de trabalhar ou que possa prejudicar a saúde em razão do trabalho ou função efetuada.

Em suma, é o ato médico ou conjunto de procedimentos técnicos atribuídos aos médicos ou conjunto pela legislação realizado por profissional da medicina, legalmente habilitado.

Em 21 de Junho de 2022, o Executivo municipal editou a Portaria nº 176/2022, alterando a composição da Junta Médica Oficial do Município vigente dispôs sobre a regulamentação e o seu funcionamento.

A respectiva Junta Médica é composta de 03 médicos do quadro de servidores do Município de Conceição da Barra, vinculando à Secretaria Municipal de Saúde.

Os Médicos designados para compor a Junta Médica Oficial do Município de Conceição da Barra, são os seguintes:

- Dr. Jocelym Rodrigues da Penha Filho – Coordenador da Equipe
- Dr. Álvaro Henrique de Nascimento Machado

- Dr. Joaquim Cardozo Lima dos Santos

Os trabalhos da comissão ficaram restritos a municipalidade na análise dos benefícios assistências de Auxílio-Doença, Salário Maternidade e Auxílios Reclusão, que, após a edição da Lei Complementar Municipal nº 59/2020, ficaram a encargo do Poder Executivo.

Abaixo, demonstram-se os benefícios concedidos até 2020.

- **Evolução do quantitativo de Auxílios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra até o ano de 2020.**

Benefícios	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Auxílio-Doença	94	94	86	27	78	33
Salário Maternidade	14	8	10	7	18	15
Auxílio Reclusão	-	3	-	1	-	1

MÊS BASE: dezembro (novembro em 2020)

Benefícios Assistenciais



Enquanto a gestão dos benefícios assistenciais era de responsabilidade do PREVICOB, as inspeções médicas eram realizadas, quinzenalmente, até o mês de novembro/2020. Após essa data a gestão passou a ser integralmente de responsabilidade do Poder Executivo.

DA GESTÃO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Compensação Previdenciária foi estabelecida pela Emenda Constitucional nº 20/1998 que alterou o artigo 201 da Constituição, com intuito de possibilitar a transferência de valores ao Fundos/Institutos de Previdência, proveniente das contribuições dos servidores efetivos efetuadas ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) que tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos dos Entes Federativos, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões, visando atender as disposições da Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999 e ao Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999, alterado pelo Decreto nº 3.217, de 22 de Outubro de 1.999 e a Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de Dezembro de 1999.

Compensação Previdenciária é o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e destes entre si, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição (aposentadorias e pensões decorrentes).

O Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019, veio regulamentar alguns procedimentos em relação à compensação previdenciária, no andamento da análise dos requerimentos de compensação financeira, como: a Criação do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social; Prazo de Prescrição para o Recebimento de Valores Retroativos, que agora passa a contar a partir da Homologação da Aposentadoria pelo Tribunal de Contas competente, que antes, o prazo corria a partir da concessão da aposentadoria registrada pelo INSS, e, Criação de um Sistema Único Informatizado de Compensação Previdenciária, para os dois regimes. As mudanças nas regras da compensação previdenciária trás perspectivas de melhorias para os RPPS, na análise dos processos de compensação previdenciária.

Com a publicação da Portaria nº 15.829, de 2020, e do Decreto nº 10.188, de 2019, a partir de 1º de janeiro de 2022, os requerimentos de compensação financeira apresentados pelos regimes instituidores deverão ser analisados pelos regimes de origem em até 1.080 (mil e oitenta) dias, sob pena de incidir a mesma atualização dos valores dos recolhimentos em atraso de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo RGPS aos requerimentos que ultrapassarem esse prazo. Assim sendo, os prazos pré-determinados por Lei deixará célere o sistema de compensação previdenciária, pois em 2026 o prazo para análise será de 90 (noventa) dias.

O Município de Conceição da Barra/PREVICOB possui Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Política de Previdência Social X Ministério da Economia X INSS para a operacionalização da compensação previdenciária, enquanto houver obrigações a compensar financeiramente.

O presente relatório tem como objetivo apresentar os resultados da compensação previdenciária e demonstrar as ações que o setor executou durante o período de 2023.

A compensação previdenciária movimenta cifras relevante sendo um fator importante para a manutenção financeira do Instituto, neste relatório iremos informar a evolução dos valores compensados e como a compensação previdenciária pode continuar sendo relevante para a saúde do Instituto.

O recebimento dos valores depende da abertura de requerimento no Sistema COMPREV, mantido pela DATAPREV. É necessário que os requerimentos sejam preenchidos com as informações corretas e instruídos com a documentação pertinente. Caso contrário, poderão ensejar questionamentos (exigências) ou indeferimentos pelo regime destinatário, o qual é responsável pela análise desses requerimentos.

Atualmente o PREVICOB possui um significativo estoque de expedientes de aposentadoria e de pensão por morte aguardando a homologação do TCEES para que a grande maioria das exigências apresentadas possa ser sanada, bem como há um montante considerável de requerimentos aguardando análise do INSS para que sejam efetivamente compensados.

Os requerimentos de compensação previdenciária abertos pelo PREVICOB são instruídos com as seguintes informações e documentos, entre outros:

- Renda Mensal Inicial do benefício
- Tempo de Contribuição Total (dias)
- Tempo de Contribuição no Regime de Origem (dias)
- Cópia da Certidão do Tempo de Contribuição
- Cópia do Ato de Concessão do Benefício
- Cópia da comprovação da homologação do ato pelo Tribunal de Contas do Estado

Demonstra-se a seguir, por tabelas e gráficos a evolução da compensação previdenciária no âmbito da previdência municipal desde a sua criação e adesão ao convênio de compensação mútua.

Quantitativos e Valores

Exigência/Indeferido 0	Indeferido Ratificado 1	Compensado 1	Em Compensação 21
Deferidos 0	Indeferidos 16	Em exigência 41	Análise suspensa 1
Aguardando análise 159	Aguardando análise médica 2	Em análise 0	Em análise médica 0
Criado 0	Rejeitado 4	Alterado 0	Ag. Comp. da Aposentadoria 6

A tabela acima demonstra a realidade da compensação previdenciária do PREVICOB, os valores apresentados merecem algumas considerações que segue abaixo:

- **Indeferidos (16)** – Este valor se refere a procedimentos importados do sistema anterior ao COMPREV que são em sua maioria de aposentadorias por invalidez, que foram cadastrados mas não são passíveis de compensação, ao fazermos a atualização pelo novo sistema, foi constatado que tais procedimentos deveriam ser indeferidos;
- **Aguardando análise (159), Aguardando Comp. da aposentadoria (6)** – O valor apresentado se refere a procedimentos que estão aguardando análise pelos auditores do INSS, e por tanto, estão na lista progressiva de atendimento. Os valores apresentados em 2021 eram de aproximadamente 50 procedimentos cadastrados no sistema de compensação, após a busca ativa e conferência dos processos arquivados, o instituto cadastrou efetivamente e aguarda então a análise;
- **Em exigência (41)** – Este valor apresentado se refere a procedimentos cadastrados e que apresentaram alguma exigência cadastral, sendo que este valor como dito acima, em sua maioria (38) estão aguardando homologação do

TCEES e outros 3 processos estão aguardando regularização cadastral do beneficiário;

- **Em compensação (21)** - Este valor demonstra o resultado da compensação financeira efetivamente realizada, vale informar que desde a implantação da compensação previdenciária pelo PREVICOB até o ano de 2022, o instituto recebia o valor de aproximadamente R\$ 150,00 mensais referente a 1 processo, a partir de 2023, o instituto recebeu o valor aproximadamente R\$ 1.100.000,00 referente a 22 processo em compensação (estoque)² e no momento recebe R\$ 8.862,25/mês, um acréscimo considerável na receita do PREVICOB;
- Em 2022 o valor aproximado do estoque/pro rata **R\$ 12.671.242,68;**
- Em 2024 o valor aproximado do estoque/pro rata **R\$ 18.162.690,34;**
- Processos cadastrados no COMPREV no ano 2023 totalizam **252**.

Situação Cadastral dos Processos COMPREV

SITUAÇÃO	QUANTIDADE DE REQUERIMENTOS	% DO TOTAL
Em exigência	41	16%
Aguardando compensação da aposentadoria	6	2%
Indeferido	16	6%
Em compensação	21	8%
Em análise	159	63%
Aguardando analise medica	2	1%
Rejeitado	4	2%
Indeferido ratificado	1	0%
Compensado	1	0%
Analise suspensa	1	0%
TOTAL	252	100%

² De acordo com o Decreto nº 10.188/2019, considera-se estoque RPPS "os valores da compensação financeira em atraso relativos ao período compreendido entre 5 de outubro de 1988 e 5 de maio de 1999 dos benefícios concedidos nesse período com contagem recíproca de outro RPPS, desde que em manutenção em 5 de maio de 1999 ou no período de 6 de maio de 1999 até a data de entrada em vigor deste Decreto". Conforme Decreto nº 10.188/2019, arts. 12 e 28.

Observa-se que uma quantidade significativa (63%) foi colocada na situação “Em análise”, ou seja, estão na fila do INSS para serem efetivamente colocados com o status “em compensação” ou “em exigência”. Apenas 16% dos requerimentos que tiveram a análise iniciada estão com o status “em exigência” e 6% dos requerimentos foram indeferidos.

Valores Recebidos em 2023 pela Compensação Previdenciária

ANO	MÊS	SALDO FLUXO	SALDO FLUXO ACUMULADO	COMPENSAÇÃO	VALORES A RECEBER
2023	1	164,27	-	164,27	164,27
	2	164,27	-	164,27	164,27
	3	164,27	-	164,27	164,27
	4	164,27	-	164,27	164,27
	5	164,27	-	164,27	164,27
	6	164,27	-	164,27	164,27
	7	164,27	-	164,27	164,27
	8	1.146,87	107.733,15	108.880,02	108.880,02
	9	2.120,18	113.990,83	116.111,01	116.111,01
	10	16.262,32	797.344,35	813.606,67	813.606,67
	11	8.131,16	-	8.131,16	8.131,16
	12	8.959,52	109.436,48	118.396,00	118.396,00
TOTAL		37.769,94	1.128.504,81	1.166.274,75	1.166.274,75

Relação de Processos em Exigências

CPF BENEFICIÁRIO	EXIGÊNCIA	CPF BENEFICIÁRIO	EXIGÊNCIA
186811405-82	Homologação	070640197-28	Homologação
071874467-56	Homologação	850159977-87	Homologação
003308757-10	Homologação	841372157-15	Homologação
516944767-15	Homologação	009823577-02	Homologação
914291297-00	Homologação	488690747-49	Homologação
623057607-44	CPF irregular	005437837-07	Homologação
675094287-34	Homologação	005324237-80	Homologação
978658507-00	Homologação	470813097-04	Homologação
009632927-06	Homologação	703179507-97	Homologação
526107807-53	Homologação	578538517-15	Homologação
890883607-15	Homologação	070640197-28	Homologação
886605757-68	Homologação	379622137-87	Homologação

952291677-34	Homologação	016952607-08	Homologação
945280047-04	Homologação	890824786-68	Homologação
880800487-20	Homologação	525717267-49	Data de nascimento
658861357-15	Homologação	886605087-34	Homologação
070966267-66	Homologação	989414297-49	Homologação
003541327-17	Homologação	948896517-72	Homologação
576047037-04	Certidão de casamento	996344227-72	Homologação
004455867-88	Homologação	020017677-30	Homologação
282422897-00	Homologação		

Fluxo dos Últimos 05 Anos

Analisando os indicadores, comportamento e resultados obtidos pelo setor de compensação previdenciária, nos últimos cinco anos, verifica-se a seguinte situação:

- **Fluxo anual dos últimos 05 (anos), dos valores do Regime de origem, referente ao número de benefícios e valores.**

ANOS	Nº DE BENEFÍCIOS	VALORES
2018	0	-
2019	1	17.632,65
2020	1	1.602,12
2021	1	2.133,03
2022	1	2.016,04
2023	22	1.166.274,75
TOTAL		1.189.658,59

Fonte: [HTTPS://gestaocomprev.dataprev.gov.br/](https://gestaocomprev.dataprev.gov.br/)

Diante das dificuldades vivenciadas, inicialmente, pelo RPPS em relação à localização, saneamento, envio e análise dos processos para a compensação previdenciária; o ano de 2023 mostrou-se “compensatório”, pelos primeiros resultados consistentes obtidos, mudando drasticamente, no sistema COMPREV, da realidade dos processos do Previcob.

Demonstrou que o de tempo no planejamento, treinamento e desenvolvimento das tarefas voltadas a compensação, a qualificação da equipe técnica responsável pela

compensação, possibilitou um salto no número de processos cadastrados no sistema COMPREV, bem como a busca ativa dos processos em exigência, que depois de sanadas as pendências da importação para o sistema atual de compensação, possibilitou assim o aumento efetivo da arrecadação da compensação previdenciária do PREVICOB.

Os valores acima demonstram a importância da compensação previdenciária dentro do Instituto. Levando em consideração estes dados, o PREVICOB fez alterações no quadro de servidores, fortalecendo a equipe de compensação previdenciária, que através de participação nos cursos preparatórios realizados pela ABIPEM e ACIP, bem como, a participação de forma direta com a Secretaria de Previdência Social nas salas de bate papo. E assim, com a melhoria da capacidade técnica, conseguiu realizar avanços consideráveis no atendimento as exigências do RGPS para efetivar captação de recursos.

Em suma, o relatório da compensação previdenciária tem por objetivo demonstrar as ações realizadas por este setor, possibilitando ao gestor e ao PREVICOB acompanhar o progresso e determinar o planejamento para os anos seguintes.

A Compensação previdenciária deve ser vista como uma ferramenta de gestão para equalizar as finanças do instituto, pois se trata um setor que colabora com o aumento da arrecadação financeira e servindo como ponto importante no cálculo atuarial.

Nossa visão como instituto é sempre melhorar a capacidade de usar este instrumento para que possamos alcançar o seu objetivo que é proporcionar aos beneficiários a segurança de uma gestão com responsabilidade e eficácia.

DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Da Execução Orçamentária e Financeira

Das Receitas

O regime previdenciário tem caráter contributivo e solidário, sendo financiado mediante contribuição dos poderes e órgãos, bem como dos servidores ativos, inativos e pensionistas, sendo administrado com base em critérios técnicos que visam a preservar sua solvência, seu equilíbrio financeiro e atuarial.

- **Análise do comportamento das receitas orçada com a arrecadada em 2023.**

Descrição	R\$ Centavos			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (B-C)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.152.272,00	18.152.272,00	20.931.006,47	- 2.778.734,47
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	7.075.000,00	7.075.000,00	5.744.801,87	1.330.198,13
CONTRIBUIÇÕES	7.075.000,00	7.075.000,00	5.744.801,87	1.330.198,13
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	7.075.000,00	7.075.000,00	5.744.801,87	1.330.198,13
RECEITA PATRIMONIAL	4.560.000,00	4.560.000,00	7.324.838,07	- 2.764.838,07
VALORES MOBILIÁRIOS	4.560.000,00	4.560.000,00	7.324.838,07	- 2.764.838,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.517.272,00	6.517.272,00	7.861.366,53	- 1.344.094,53
MULTAS ADMINISTRATIVAS	8.000,00	8.000,00		8.000,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	6.509.272,00	6.509.272,00	7.861.366,53	- 1.352.094,53
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.152.272,00	18.152.272,00	20.931.006,47	- 2.778.734,47

- **Análise do comportamento das receitas arrecadadas nos últimos cinco exercícios.**

Exercício	Estimado	Realizado	% Realização
2018	R\$ 10.702.000,00	R\$ 9.581.474,46	89,53%
2019	R\$ 10.801.000,00	R\$ 12.891.452,89	119,35%
2020	R\$ 10.948.220,00	R\$ 15.237.054,17	139,17%
2021	R\$ 12.179.951,00	R\$ 4.886.480,79	40,12%
2022	R\$ 12.740.000,00	R\$ 17.022.695,18	133,62%
2023	R\$ 18.152.272,00	R\$ 20.931.006,47	115,31%

- **Análise do comportamento das receitas arrecadadas, evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, nos últimos cinco exercícios.**

R\$ Centavos

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2019	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2023
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.278.198,63	11.169.462,35	1.484.688,02	7.524.098,40	20.931.006,47
CONTRIBUIÇÕES	4.283.754,70	2.362.227,28	2.443.584,62	3.098.084,18	5.744.801,87
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.283.754,70	2.362.227,28	2.443.584,62	3.098.084,18	5.744.801,87
RECEITA PATRIMONIAL	6.975.916,75	8.804.519,21	2.031.353,81	4.411.665,84	7.324.838,07
VALORES MOBILIÁRIOS	6.975.916,75	8.804.519,21	2.031.353,83	4.411.665,84	7.324.838,07
VALORES MOBILIÁRIOS DEDUÇÕES	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.527,18	2.715,56	1.700,09	14.348,38	7.861.366,53
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	18.527,18	2.715,56	1.700,09	14.348,38	7.861.366,53
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.613.254,26	4.067.591,82	4.472.549,89	9.498.596,78	-
TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.891.452,89	15.237.054,17	4.886.480,79	17.022.695,18	20.931.006,47

O normativo da SPS estabelece que sejam considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou ao fundo, inclusive, a totalidade dos créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

E ainda, que os recursos serão utilizados apenas para o pagamento dos benefícios previdenciários e para a Taxa de Administração do RPPS, cujos critérios encontram-se estabelecidos no art. 15 da Portaria MPS nº 402/2008.

Sendo vedada a utilização dos recursos previdenciários para finalidades diversas daquelas referidas no § 1º deste artigo 15, dentre elas consideradas: a utilização dos recursos destinados à taxa de administração em desacordo com os critérios estabelecidos no art. 15. (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014).

Para cobertura das despesas do RPPS, poderá ser estabelecida, em lei, Taxa de Administração de até dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que: Será destinada exclusivamente a custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio;

Das Despesas

Nos termos da Lei Municipal nº 2.958 de 08 de novembro de 2022, o orçamento do PREVICOB para o exercício de 2023, estimou a Receita e fixou a Despesa em **R\$19.952.272,00** (Dezenove milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais).

A despesa efetiva executada (empenhada) equivale a um montante de **R\$ 14.065.327,97** enquanto o saldo final da Reserva do RPPS de dotação ficou em **R\$ 5.886.944,03** cuja finalidade é constituir as Reservas Técnicas necessárias para eliminar gradualmente o déficit existente e assegurar os benefícios futuros.

Do montante demonstrado na execução da despesa orçamentária, tem-se que **R\$ 716.823,34** referem às despesas com a Manutenção das Atividades do PREVICOB e **R\$ 13.348.504,63** às despesas com Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Na despesa com a Manutenção das Atividades do PREVICOB são consideradas as seguintes despesas:

Gestão de Pessoal - Pagamento dos vencimentos dos servidores ativos e à disposição, bem como despesas com remuneração, férias, encargos, adiantamentos, benefícios, gratificações, auxílios, indenizações, diárias, abonos, obrigações patronais e outras despesas correlatas;

Manutenção da Unidade - Despesas com materiais de consumo, viagens e locomoção, capacitação de pessoal, contratação de terceiros, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, ampliação, manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados, e demais atividades necessárias para garantir a execução dos programas finalísticos;

Enquanto nas despesas com pagamento de **Aposentadorias e Pensões**, temos o seguinte:

* Pagamento de aposentados e pensionistas segurados e mantidos pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra, na forma estabelecida na Lei Complementar Municipal nº 10/2006.

* Pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte já concedidos e decorrentes de sistema próprio não contributivo serão custeados pelo PREVICOB, mediante aporte dos recursos pelo município ou entes públicos responsáveis, ou seja, antes da LCM 10/2006, nos termos do art. 3º, parágrafo 3º.

- **Análise do comportamento das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, evidenciadas por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	DESPESAS LIQUIDADAS (c)	DESPESAS PAGAS (d)	SALDO DE DOTAÇÃO (a-b)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.803.452,00	14.065.327,97	14.044.321,73	14.042.801,73	4.738.124,03
DESPESAS CORRENTES	18.797.587,00	14.064.535,97	14.044.288,73	14.042.768,73	4.733.051,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.089.190,90	13.685.858,13	13.685.858,13	13.685.858,13	4.403.332,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	708.396,10	378.677,84	358.430,60	356.910,60	329.718,26
DESPESAS DE CAPITAL	5.865,00	792,00	33,00	33,00	5.073,00
INVESTIMENTOS	5.865,00	792,00	33,00	33,00	5.073,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.803.452,00	14.065.327,97	14.044.321,73	14.042.801,73	4.738.124,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	18.803.452,00	14.065.327,97	14.044.321,73	14.042.801,73	4.738.124,03
SUPERÁVIT (XIII)	-	6.865.678,50	-	-	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	18.803.452,00	20.931.006,47	14.044.321,73	14.042.801,73	

Percebe-se, na execução da despesa orçamentária, a ocorrência de economia de **R\$ 5.886.944,03**.

- **Análise do comportamento dos saldos das despesas inscritas em resto a pagar, evidenciadas pelos valores pagos e cancelados.**

Restos a Pagar Processados

<u>Exercício</u>	<u>Inscrição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Anulação</u>	<u>Saldo</u>
2019	10.484,55	10.200,00	0,00	284,55
2020	2.470,35	2.395,44	0,00	74,91
2021	1.145,65	0,00	0,00	1.145,65
2022	14.566,66	14.566,66	0,00	0,00
2023	1.520,00	0,00	0,00	1.520,00
TOTAL	30.187,21	27.162,10	-	3.025,11

Restos a Pagar Não Processados

<u>Exercício</u>	<u>Inscrição</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Anulação</u>	<u>Saldo</u>
2020	12.234,90	12.218,85	0,00	16,05
2021	22.796,31	18.070,80	0,00	4.725,51
2022	74.920,04	36.590,55	0,00	38.329,49
2023	21.006,24	0,00	0,00	21.006,24
TOTAL	130.957,49	66.880,20	-	64.077,29

Restos a Pagar Não Processados - Liquidados

<u>Exercício</u>	<u>Inscrição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Anulação Lig</u>	<u>Saldo</u>
2019	5.191,55	5.191,55	0,00	0,00
2020	12.218,85	12.218,85	0,00	0,00
2021	18.070,80	18.070,80	0,00	0,00
2022	36.590,55	36.590,55	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	72.071,75	72.071,75	-	-

Da análise da Tabela acima, extrai-se que do montante registrado em Restos a Pagar, processados e não processados, de R\$ 67.102,40.

Da Execução Financeira

O valor realizado das Receitas e Despesas Orçamentárias conferem com a Execução Financeira, conforme demonstrações a seguir:

O PREVICOB iniciou o exercício de 2023 com o saldo financeiro contábil de R\$ 53.084.766,02. (Cinquenta e três milhões, oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e dois centavos) e finalizou com o saldo de R\$ 62.055.284,52 (Sessenta

e dois milhões, cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

No capítulo específico sobre investimentos, serão encontradas as informações pormenorizadas, referentes ao resultado financeiro do exercício de 2023, às estratégias de gestão e outras informações pertinentes.

Da Análise dos Resultados

A receita e despesa previstas no montante de R\$ 19.952.2720,00 apresentando um equilíbrio na previsão orçamentária.

A receita orçamentária e realizada alcançou o montante de arrecadação de 2023 de R\$ 20.931.006,47.

A despesa realizada, por outro lado, alcançou um montante de empenhos da ordem de R\$ 14.065.327,97, promovendo uma economia orçamentária, em relação à proposta orçamentária, no montante de R\$ 19.952.272,00, de R\$ 5.886.944,03;

Da Execução Patrimonial

Os ativos financeiros são aqueles cuja realização independe de autorização orçamentária. São registrados no balanço patrimonial e fornecem recursos para pagamento de obrigações ou manutenção de operações.

No caso dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, no ativo financeiro estarão dispostos, substancialmente, os recursos provenientes das receitas de contribuições e receita patrimonial, os quais devem ser empregados exclusivamente

para pagamento de benefícios previdenciários, à exceção da taxa de administração, conforme Lei nº 17/2006.

Os ativos não financeiros ou permanentes, normalmente, são destinados à manutenção das operações do RPPS e sua mobilização ou alienação ficam na dependência de autorização legislativa. Já os passivos financeiros referem-se principalmente às faturas de bens e serviços, benefícios previdenciários, entre outros, que estavam pendentes na data do encerramento do exercício. Também se referem a valores restituíveis de consignações em folha de pagamento.

Ativo Circulante

O ativo circulante em 2023 soma o total de R\$ 63.252.523,27 (Sessenta e três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e três reais e vinte e sete centavos), com a seguinte composição:

CREDITOS A CURTO PRAZO	R\$	1.174.423,63
CAIXA, INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES	R\$	62.053.522,40
ESTOQUES	R\$	22.815,10

Quanto aos investimentos, as informações financeiras mais relevantes foram abordadas na gestão financeira.

Quanto ao estoque, houve o ingresso, a título de material de consumo, do valor total de R\$ 3.741,32, conforme despesas liquidadas no decorrer do exercício.

Conforme informações do setor responsável, as saídas foram na ordem de R\$ 9.348,81.

Ativo não Circulante

O imobilizado do PREVICOB apresentou saldo de R\$ 4.954.213,30 (Quatro milhões, novecentos e cinquenta e quatro reais, duzentos e treze reais e trinta centavos), no final do exercício de 2023, apresentado da seguinte forma:

CREDITOS A LOGO PRAZO	R\$	4.866.115,63
IMOBILIZADO	R\$	88.097,67

A depreciação, exaustão e amortização dos bens móveis são calculadas pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado do PREVICOB e encaminhadas à Contabilidade para registro.

No entanto, ainda não há publicação de taxas próprias do município para a depreciação de bens, considerando a especificidade de cada bem, vida útil, etc., posto que o tema seja jovem no âmbito do setor público municipal, o qual está se adequando gradativamente às novas regras.

Passivo Circulante e não Circulante

O passivo circulante finalizou com um saldo de R\$ 196.974,81 (Cento e noventa e seis mil, novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e um centavos), com a seguinte composição:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTE	R\$	51,27
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$	3.025,11
DEMAIS PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$	193.898,43

No passivo não circulante estão contabilizadas as provisões matemáticas previdenciárias, as quais apresentaram um saldo de R\$ 370.632.418,03 (trezentos e setenta milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e dezoito reais e treze centavos).

Entende-se por provisão matemática previdenciária a diferença entre os valores provisionados pelos RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano e as contribuições futuras correspondentes. Ou seja, a provisão matemática previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos

recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente. Tais provisões devem ser calculadas por profissional habilitado, conforme Lei Complementar Municipal nº 054/2019, de 16 de setembro de 2019.

Em 2023, os valores das Provisões foram atualizados de acordo com a Avaliação atuarial data-base 31/12/2023.

Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício

O saldo das variações patrimoniais do exercício de 2023 foi negativo.

No exercício apurou-se um resultado negativo de R\$ (136.121.819,06) Cento e trinta e seis milhões, cento e vinte e um mil, oitocentos e dezenove reais e seis centavos. Onde o exercício encerrou-se com um patrimônio líquido negativo de R\$ (302.622.656,27) Trezentos e dois milhões, seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta e seis e vinte e sete centavos.

Da Taxa de Administração

A Lei Complementar Municipal nº 17/2006, Art. 3º, § 1º, Inciso I, fixou a taxa de administração em 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS de Conceição da Barra, relativamente ao exercício anterior, permitindo, ainda, que o RPPS possa constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os mesmos fins a que se destina a taxa de administração.

Conforme demonstrado abaixo, verifica-se, além das informações comparativas dos gastos 2019 a 2022, que o limite prescrito em Lei Municipal, foi observado em 2023.

A) Base de Cálculo para fins de Limite de Gastos com Despesas Administrativas

- a.1) Remuneração Total - Servidores Vinculados ao RPPS (Exercícios Anteriores a PCA)

Órgão	2019	2020	2021	2022
Prefeitura	R\$18.905.958,76	R\$21.862.738,54	R\$22.416.063,71	R\$25.094.299,91
Câmara	R\$841.678,09	R\$850.079,76	R\$856.398,16	R\$977.988,69
PREVICOB	R\$21.639,33	R\$23.214,40	R\$23.985,00	R\$38.314,01
Auxílio-Doença / PREVICOB	R\$200.672,07	R\$227.909,41	R\$0,00	R\$0,00
Auxílio Reclusão/PREVICOB	R\$24.249,80	R\$23.451,81	R\$0,00	R\$0,00
Salário Maternidade	R\$109.834,94	R\$68.540,64	R\$0,00	R\$0,00
TOTAL	R\$20.104.032,99	R\$23.055.934,56	R\$23.296.446,87	R\$26.110.602,61

- a.2) Total de Proventos de Aposentadorias – Exercício Anterior ao da PCA

Órgão	2019	2020	2021	2022
PREVICOB	R\$6.274.815,91	R\$6.879.102,46	R\$7.271.998,16	R\$9.484.992,33
PMCB	R\$1.165.215,18	R\$1.361.679,63	R\$1.028.722,17	R\$1.163.500,49
TOTAL	R\$7.440.031,09	R\$8.240.782,09	R\$8.300.720,33	R\$10.648.492,82

- a.3) Total de Proventos de Pensões – Exercício Anterior ao da PCA

Órgão	2019	2020	2021	2021
PREVICOB	R\$350.635,16	R\$393.480,73	R\$490.163,41	R\$640.991,47
PMCB	R\$609.471,44	R\$661.370,44	R\$725.481,52	R\$779.621,70
TOTAL	R\$960.106,60	R\$1.054.851,17	R\$1.215.644,93	R\$1.420.613,17

B) Limite de Gastos Administrativos para o Exercício de Referência da PCA

Descrição	2020	2021	2022	2023
Total das Remunerações dos Servidores Ativos (a.1)	R\$20.104.032,99	R\$23.055.934,56	R\$23.296.446,87	R\$26.110.602,61
Total dos Proventos de Aposentadorias (a.2)	R\$7.440.031,09	R\$8.240.782,09	R\$8.300.720,33	R\$10.648.492,82
Total dos Proventos de Pensões (a.3)	R\$960.106,60	R\$1.054.851,17	R\$1.215.644,93	R\$1.420.613,17
Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de gastos com despesas administrativas do RPPS (b.1)	R\$28.504.170,68	R\$32.351.567,82	R\$32.812.812,13	R\$38.179.708,60
Percentual fixado na Legislação do RPPS (%) (b.2)	2%	2%	2%	2%
Limite de Gastos Administrativos no Exercício do PCA (b3=b1*b2)	R\$570.083,41	R\$647.031,36	R\$656.256,24	R\$763.594,17

C) Despesas Administrativas Realizadas no Exercício de Competência (2023)

Código da Despesa	Descrição da Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
3.1 Pessoal e Encargos				
3.1.90.04	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.1.90.11	Vencimento e Vantagens Fixas	R\$ 291.462,28	R\$ 291.462,28	R\$ 291.462,28
3.1.90.13	Obrigações Patronais	R\$ 45.891,22	R\$ 45.891,22	R\$ 45.891,22
3.3 Outras Despesas Correntes				
3.3.90.14	Diária Pessoal Civil	R\$ 73.496,44	R\$ 73.496,44	R\$ 73.496,44
3.3.90.30	Material de Consumo	R\$ 18.496,18	R\$ 12.456,91	R\$ 12.456,91
3.3.90.33	Passagens e Despesa com Locomoção	R\$ 11.966,19	R\$ 11.966,19	R\$ 11.966,19
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	R\$ 28.050,00	R\$ 24.600,00	R\$ 24.600,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiro P. Física	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiro P. Jurídica	R\$ 89.868,94	R\$ 86.732,31	R\$ 85.212,31
3.3.90.40	Outros Serviços de Terceiro P. Jurídica	R\$ 111.799,07	R\$ 104.177,73	R\$ 104.177,73
3.3.90.46	Auxílio – Alimentação	R\$ 24.570,00	R\$ 24.570,00	R\$ 24.570,00
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 31,02	R\$ 31,02	R\$ 31,02
3.3.90.91	Indenizações e Restituições	R\$ 20.400,00	R\$ 20.400,00	R\$ 20.400,00
4.4 Despesa de Capital				
4.4.90.52	Equipamento e Material Permanente	R\$ 792,00	R\$ 33,00	R\$ 33,00
Total (c3)		R\$ 716.823,34	695.817,10	694.297,10

D) Verificação da Observância do Limite de Gastos Administrativos

Descrição	2020	2021	2022	2023
Limite de Gastos Administrativos no exercício da PCA (b.3)	R\$570.083,41	R\$647.031,36	R\$656.256,24	R\$763.594,17
Total Despesas Administrativas Liquidadas no Exercício da PCA (c.3)	R\$469.199,99	R\$473.980,51	553.144,77	695.817,10
(Sobra ou Excesso) de gastos no exercício (c.3- b.3)	R\$100.883,42	R\$173.050,85	R\$103.111,47	R\$67.777,07
(Limite de Gastos efetuados no exercício (c.3/b.3)	82,30%	73,25%	84,29%	91,12%

Resume-se, no tocante à sobra da Taxa de Administração, prevista no Art. 3º, § 1º, Inciso I, letra “c” da Lei Complementar Municipal nº 17/2006, que o valor anual da despesa administrativa para manutenção do PREVICOB, equivalente aos 2%, ficou

estipulada em 2023, monetariamente, em R\$ 763.794,17 (Setecentos e sessenta e três mil, setecentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos). No entanto, ocorreu, no exercício, sobra de taxa de Administração de R\$ 67.777,07 (Sessenta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e sete centavos), com o índice de utilização de 91,12% do limite definido em Lei.

Na análise comparativa dos gastos, observa-se que tenha ocorrido um aumento discreto das disponibilidades financeiras para utilização em 2023, R\$ 763 mil ante R\$ 656 mil em 2022, utilizou-se, apenas R\$ 695.817,10 (Seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e dezessete reais e dez centavos). Constituindo, portanto, reservas de taxa de administração e ficando abaixo do limite estabelecido em Lei no presente exercício.

Licitações

Durante o exercício de 2023, o PREVICOB realizou as seguintes modalidades licitatórias:

- Dispensa de licitação – Contrato nº 01/2023 – Objeto: Aquisição de certificados digitais A3 para pessoas físicas e jurídica. Vencedor: AR CERTIFLEX LTDA, no valor total de R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais);
- Dispensa de licitação – Contrato nº 02/2023 – Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática (hardwares e softwares – microcomputadores, notebooks). Vencedor: UTI DO NOTEBOOK LTDA, no valor total de R\$ 6.040,00 (Seis mil e quarenta reais);
- Dispensa de licitação – Contrato nº 03/2023 – Objeto: Locação de impressora com respectiva assistência técnica e fornecimento dos insumos necessários. Vencedor: BENAYR BOZZI LTDA-EPP, no valor total de R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais);
- Dispensa de licitação – Contrato nº 04/2023 – Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de internet banda larga. Vencedor: CAPIXABA

TELECOMUNICAÇÃO LTDA-ME, no valor total de R\$ 1.918,80 (Hum mil, novecentos e dezoito reais e oitenta centavos);

ADITIVOS

- Dispensa de Licitação - Contrato nº 03-2022 – 1º ADITIVO - Objeto: Empresa especializada em Consultoria Financeira. Vencedor: MOSAICO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, no valor total de R\$ 17.400,00 (Dezessete mil e quatrocentos reais);
- Dispensa de Licitação - Contrato nº 05-2022 – 1º ADITIVO - Objeto: Aquisição de vasilhames vazios em garrações de 20 litros, água mineral em garrações de 20 litros e botijão de gás de 13kg (GLP). Vencedor: DISTRIBUIDORA DA BARRA LTDA, no valor total de R\$ 1.620,00 (Hum mil, seiscentos e vinte reais);
- Dispensa de Licitação - Contrato nº 01-2021 – 2º ADITIVO - Objeto: Contratação de empresa especializada em Consultoria para estudo e/ou Reavaliação atuarial. Vencedor: DVALONI CONSULTORIA LTDA, no valor total de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais);
- PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2021 – Contrato nº 04-2021 – 2º ADITIVO - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Tecnologia e Segurança da Informação. Vencedor: FLAVIO JOSÉ DE PAULA - ME, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais);
- Dispensa de Licitação - Contrato nº 03-2020 – 3º ADITIVO - Objeto: Locação de Imóvel. Vencedor: Zakia Najjar Castro, no valor total de R\$ 20.400,00 (Vinte mil e quatrocentos reais);
- PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2019 – Contrato nº 03-2019 - 4º ADITIVO – Objeto: Contratação de empresa para locação de solução informatizada de Gestão Pública, contemplando licença de uso, serviços de Implantação, treinamento. Vencedor: UNIVERSALPREV SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA, no valor de R\$ 67.200,00 (Sessenta e sete mil e duzentos reais).

Contratos

Em 2023 administraram-se contratos de prestação de serviços, conforme apresentação na tabela abaixo:

Nº DO CONTRATO	EMPRESA VENCEDORA	MODALIDADE	OBJETO	PRAZO	VALOR TOTAL
01/2023	AR CERTIFLEX LTDA	Dispensa de Licitação	Aquisição de certificados digitais A3 para pessoas físicas e jurídica	12 meses	R\$880,00
02/2023	UTI DO NOTEBOOK LTDA	Dispensa de Licitação	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática (hardwares e softwares – microcomputadores, notebooks)	06 meses	R\$6.040,00
03/2023	BENAYR BOZZI LTDA-EPP	Dispensa de Licitação	Locação de impressora com respectiva assistência técnica e fornecimento de insumos necessários.	12 meses	R\$3.600,00
04/2023	CAPIXABA TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME	Dispensa de Licitação	O presente contrato refere-se Contratação de empresa prestadora de serviços especializados nas seguintes condições: Um link de internet banda larga com alta velocidade de 700 Mbps, instalação de fibra Óptica, roteador e IP fixo.	12 meses	R\$1.918,80
03/2022 1º ADITIVO	MOSAICO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA	Dispensa de Licitação	Empresa especializada em Consultoria Financeira.	12 meses	R\$17.400,00
05/2022 1º ADITIVO	DISTRIBUIDORA DA BARRA LTDA	Dispensa de Licitação	Aquisição de vasilhames vazios em garraões de 20 litros, água mineral em garraões de 20 litros e botijão de gás de 13kg (GLP)	12 meses	R\$1.620,00
01/2021 2º ADITIVO	DVALONI CONSULTORIA LTDA	Dispensa de Licitação	O presente contrato se se refere à contratação de empresa especializada em Consultoria para estudo e/ou Reavaliação atuarial.	12 meses	R\$17.000,00
04/2021 2º ADITIVO	FLAVIO JOSÉ DE PAULA - ME	PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2021	Contratação de empresa para prestação de serviços de Tecnologia e Segurança da Informação	12 meses	R\$45.000,00
03/2020 3º ADITIVO	ZAKIA NAJAR CASTRO	Dispensa de Licitação	O presente Contrato refere-se à locação de Imóvel.	12 meses	R\$20.400,00
03/2019 4º ADITIVO	UNIVERSALPREV SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA	PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2019	Constitui o objeto do presente contrato a Locação de uma solução informatizada de Gestão Pública, contemplando licenças de uso, serviços de implantação, treinamento para capacitação de pessoal técnico, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, que passa a fazer parte integrante do presente contrato como se transcritos fossem.	12 meses	R\$67.200,00

DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

A gestão de investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB é própria. A estrutura de gestão da autarquia obedece a Lei de criação nº 01/2002 de 18 de março de 2002, reestruturada pela LCM 10/2006, de 20 de março de 2006. Nela consta a composição da Diretoria Executiva, que é formada pelo Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Procurador Jurídico, responsáveis diretos pela gestão dos recursos da autarquia, que obrigatoriamente precisam atender aos requisitos previstos no Art. 76, da Portaria nº 1.467/2022³. A assessoria financeira desempenha o controle e monitoramento dos fundos, aplicação, pesquisa e análise do mercado e dos fundos e instituições.

O Diretor Presidente, em conjunto com o Comitê de Investimentos, analisa os percentuais e avalia as atividades da assessoria financeira, porém os aportes, as definições e estratégias são discutidas no Comitê de Investimentos.

O Comitê de Investimentos é composto por servidores da autarquia ou do ente, e devem possuir certificação citada acima. Os encontros são mensais, mas podem ocorrer outras reuniões caso o Gestor de Recursos julgue necessário.

Nas reuniões do Comitê de Investimento são apresentados: os relatórios mensais da carteira de investimentos, as rentabilidades e o desempenho da autarquia (gastos, ganhos e/ou perdas), além de sugestões de novos fundos de investimentos analisados e instituições financeiras. A Consultoria de Investimentos contratada tem como função auxiliar nas decisões de investimentos, apresentar cenários econômicos, analisar fundos de investimentos, principalmente os mais estruturados, e dar a sua

³

https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/legislacao-dos-rpps/portarias/copy2_of_PortariaMTPn1.467de02jun2022.pdf

avaliação para ajudar a diretoria executiva na tomada de decisão. A consultoria fornece uma plataforma que permite monitoramento diário da carteira com a atualização da rentabilidade dos fundos, evolução quantitativa e qualitativa dos fundos de investimentos, simulações de composições e enquadramentos da carteira, emissão de relatórios com análises e visões de mercado e de gestão financeira e, ainda, elabora um ranking demonstrativo do desempenho de todos RPPS que são usuários.

Cenário Econômico

O ano de 2023 foi um ano extremamente desafiador e carregado de incertezas para as nações ao redor do mundo e para o Brasil. O combate à inflação foi pauta em todos os meses e de certa forma ainda segue no radar das principais economias ao redor do mundo, ainda que a mesma se mostra em conversão para suas respectivas metas.

O mercado segue divergindo entre as direções em que grandes economias, como a americana, passarão nos próximos períodos, um lado já considera que o “pouso suave” é realidade, e a outra ala não descarta a possibilidade de uma recessão moderada. Até o momento, as apostas do mercado para o início de corte de juros por parte do Federal Reserve estão concentradas para o final do 2º trimestre, porém mudanças dos fatores chaves podem postergar essa medida por parte do FED.

O setor imobiliário chinês foi destaque e surpreendeu o mundo com os baixíssimos resultados do setor ao longo do ano de 2023, e este com certeza segue sendo um dos grandes alvos de incentivo do partido comunista chinês ainda que o país tenha batido sua meta de crescimento segundo o premier da gigante asiática.

Na Europa, a retração econômica já é realidade para a Alemanha, principal motor industrial europeu, e a performance de outros países, como o Reino Unido, exercem

inegável pressão sob os líderes de política monetária no velho continente, ainda que o compromisso de trazer a inflação para dentro da meta seja irredutível.

Para o Brasil, ainda que o ano de 2023 tenha sido de certa forma surpreendente para o mercado frente certa preocupação do governo com o compromisso fiscal e déficit zero, ao longo dos últimos meses o governo se viu colocado frente parede para dar esclarecimentos sobre os meios para atingir esse almejado equilíbrio fiscal. Para tanto, o ano de 2024 se mostra desafiador para a liderança política do Brasil, e os efeitos sobre a política monetária, câmbio, renda variável, são os mais variados e, portanto, somente o tempo dirá.

Política de Investimentos

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA - PREVICOB, elaborou sua Política de Investimentos para o exercício de 2023, devidamente analisada e aprovada por seu órgão superior competente Conselho Administrativo.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamentam e norteiam todos os processos de tomadas de decisões relativos aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial do PREVICOB, ou seja, o equilíbrio entre ativo e

passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

A atual Política de Investimentos tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: **padrão ético de conduta, solidez patrimonial, histórico e experiência positiva, com reputação considerada ilibada no exercício da atividade de administração e gestão de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco x retorno.**

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a Política de Investimentos estabelece o plano de contingência, os parâmetros, as metodologias, os critérios, as modalidades e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Metodologia e Critérios de Avaliação de Riscos

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB utiliza critérios pré-definidos pela Política de Investimentos do exercício corrente para determinar e avaliar os riscos dos

investimentos estruturados. A escala de ratings dada pelas agências de risco é um dos critérios. O patrimônio do fundo, a volatilidade, sua relação com o benchmark, a composição da carteira, seu enquadramento e principalmente seu comportamento ao longo dos períodos.

A estrutura e seriedade dos gestores, administradores e custodiantes, como é a instituição financeira que irá administrar os fundos de investimentos que receberá os recursos previdenciários dos nossos servidores. Os investimentos do INSTITUTO são de longo prazo e necessitam de estabilidade e rentabilidade, porém os gestores dos recursos precisam constantemente prestar contas, no curto prazo. É uma tarefa difícil.

Análise da Carteira de Investimentos

Composição da Carteira de Investimentos – Base 12/2023



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA ES - CONSOLIDADO
Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - 29/12/2023

Carteira consolidada de investimentos - base (Dezembro / 2023)

Produto / Fundo	Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Cotistas	% S/ PL do Fundo	Enquadramento
BANESTES IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	Não há	1.597.435,60	2,58%	31	0,61%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BANESTES IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+1	Não há	2.868.999,34	4,63%	19	1,63%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	D+0	Não há	2.200.750,97	3,55%	93.954	0,00%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVI...	D+2	Não há	3.414.792,94	5,51%	289	0,21%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVI...	D+0	Não há	7.806.549,45	12,60%	1.141	0,10%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB IRF-M 1+ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	2.844.066,28	4,59%	91	0,72%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDEN...	D+1	Não há	6.180.465,42	9,98%	633	0,15%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENC...	D+0	16/05/2023	4.013.271,15	6,48%	29	5,44%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	D+0	Não há	2.063.061,99	3,33%	788	0,04%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA ...	D+0	Não há	691.541,31	1,12%	282	0,05%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIX...	D+0	Não há	284.245,27	0,46%	769	0,01%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA ...	D+0	Não há	2.497.959,23	4,03%	248	0,16%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	D+0	Não há	1.699.292,56	2,74%	61	0,98%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
BANESTES INVEST PUBLIC AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA ...	D+0	Não há	198.280,40	0,32%	1.716	0,01%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0	Não há	7.160.068,05	11,56%	228	0,24%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
BANESTES VIP DI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0	Não há	4.597.966,31	7,42%	2.167	1,63%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	D+0	Não há	1.199.929,23	1,94%	989	0,03%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	2.637.925,22	4,26%	245	0,28%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA SIM...	D+0	Não há	83.183,37	0,13%	362	0,01%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
AZ QUEST BAYES SISTEMÁTICO AÇÕES FI AÇÕES	D+16 du	Não há	512.248,11	0,83%	128	0,37%	Artigo 8º, Inciso I
Produto / Fundo	Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Cotistas	% S/ PL do Fundo	Enquadramento
CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES	D+4	Não há	3.958.435,20	6,39%	82	0,69%	Artigo 8º, Inciso I
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	D+32	Não há	574.130,13	0,93%	81	0,03%	Artigo 8º, Inciso I
OCCAM FIC AÇÕES	D+4 ou ...	Não há	550.855,34	0,89%	1.126	0,07%	Artigo 8º, Inciso I
QLZ MOS FI AÇÕES	D+10	Não há	504.547,55	0,81%	59	0,60%	Artigo 8º, Inciso I
SCHRODER BEST IDEAS FI AÇÕES	D+3	Não há	556.108,11	0,90%	32	0,39%	Artigo 8º, Inciso I
TARPON GT INSTITUCIONAL I FIC AÇÕES	D+32	Não há	615.293,35	0,99%	58	0,03%	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	Não se ...	Não se aplica	640.800,00	1,03%		0,45%	Artigo 11º
Total para cálculo dos limites da Resolução			61.952.201,88				
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			1.262,14				Artigo 6º
PL Total			61.953.464,02				

A carteira de investimentos do PREVICOB está concentrada, majoritariamente, no segmento de renda fixa, contemplando quase o limite total permitido pela Resolução CMN nº4.963/2022 para o segmento.

A disposição da carteira demonstra uma gestão conservadora, que busca a obtenção ajustada dos investimentos na volatilidade dos fundos de investimentos compostos de títulos públicos, que pode proporcionar resultados no curto prazo, havendo apenas a

diligência na mitigação dos riscos em títulos públicos para a obtenção dos retornos. A eficiência transcorre da análise adequada dos ativos que contemplam a carteira de investimentos, bem como os ativos que virão a contemplar, e acompanhamento constante do cenário econômico atual.

O perfil conservador, porém, atento as movimentações do mercado, está presente nos últimos cinco anos consecutivos. A estratégia de manutenção nesta classe de ativos deu-se principalmente em função da redução da taxa de juros básica (SELIC) pelo Banco Central do Brasil ao longo do triênio, chegando a 2,00% ao ano e tendo sua rápida elevação durante o ano de 2022, chegando aos atuais 11,75% ao ano em dez/23.



Outra característica da carteira de investimentos é a pulverização dos ativos investidos.

Com a pulverização⁴ do portfólio, diferentemente da diversificação, contribuiu para que o PREVICOB obtivesse resultado satisfatório em termos de retornos dos investimentos em 2023.

⁴ Diversificação é uma técnica de redução de risco a partir da alocação de investimentos entre vários ativos de diferentes categorias. A maioria dos profissionais concorda que apesar desta técnica não prevenir perda, diversificação é o componente principal para atingir objetivos de longo prazo com menor risco. Nem mesmo a melhor análise dos fundamentos de uma empresa e suas demonstrações financeiras podem garantir que ela não seja um mal investimento. A diversificação não impede uma perda, mas pode reduzir seu o impacto no portfólio. Com a diversificação é possível maximizar os retornos investindo em ativos que se comportam diferente ao mesmo evento do mercado. Sem isso, não importa quão diversificados sejam seus tipos de ativos, eles podem estar vulneráveis ao mesmo risco. Portanto, é fundamental para os investidores evitar a escolha de investimentos para seus portfólios altamente correlacionados. É importante notar que, dentro das práticas de gerenciamento de portfólio, há uma distinção entre diversificação ingênua e diversificação efetiva (também chamada de diversificação ótima).

No exercício de 2023, o INSTITUTO manteve seus recursos, majoritariamente, em fundos que aplicam seus recursos em Títulos Públicos Federais (pré e pós-fixados) com diversos vencimentos. Com 42,16% dos fundos de investimentos que seguem o CDI, a alta taxa de juros básica da economia brasileira favoreceu fortemente o desempenho do portfólio, já que o CDI rentabilizou, em média, 13,05% no acumulado do ano, de janeiro a dezembro. Com a queda da curva de juros, e consequentemente resultado positivo para os ativos de renda fixa pré-fixado, o PREVICOB manteve seu portfólio com distribuição adequada dos investimentos neste seguimento. Além disso, o RPPS decidiu pela ampliação da diversificação no segmento de renda variável, de forma contida e sempre com o apoio da Consultoria contratada para dar suporte aos membros do Comitê de Investimentos, com análises prévias dos fundos de investimentos.

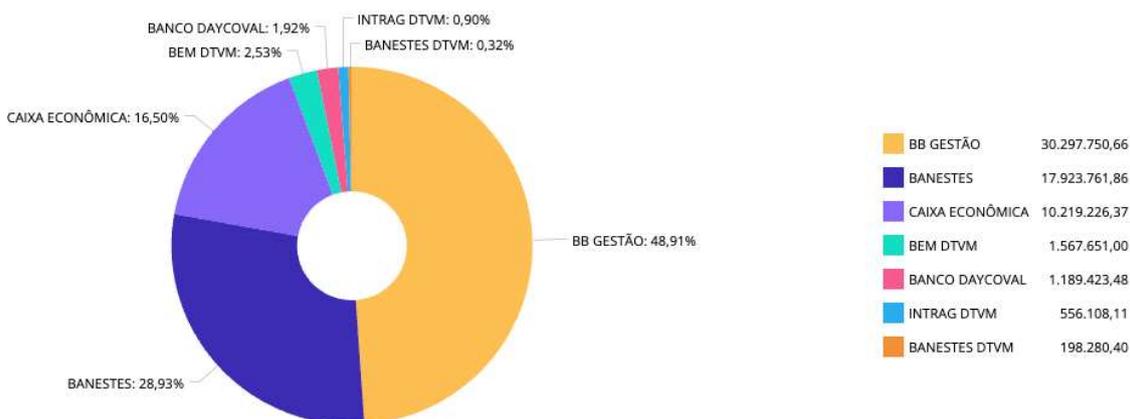
Resumo					
Nome	Retorno (%)				
	Mês	Ano	12 meses	24 meses	60 meses
CDI	0,90	13,05	13,22	27,21	44,60
IDkA IPCA 2 Anos	1,45	12,13	12,67	22,97	56,69
IDkA Pré 2 Anos	1,50	17,03	17,82	26,79	49,07
IMA-B	2,75	16,05	16,94	23,21	60,20
IMA-B 5	1,46	12,13	12,63	23,35	57,75
IMA-B 5+	3,94	19,28	20,52	22,47	59,37
IRF-M	1,48	16,51	17,16	26,85	48,87
IRF-M 1	0,91	13,25	13,43	27,02	44,94
IRF-M 1+	1,73	18,52	19,40	27,33	50,25
Ibovespa	5,38	22,28	23,58	27,12	56,58
Ibovespa (US\$)	7,43	31,79	34,86	48,75	25,07
S&P 500	2,43	15,27	14,14	-14,92	147,10

Distribuição dos Ativos

Por subsegmento



Por Administrador e por Gestão



Na carteira de investimentos PREVICOB, estão presentes sete Instituições Financeiras, sendo a maior concentração no BB Gestão de Recursos DTVM, tanto para administração quanto para gestão dos recursos, e em seguida no Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES, o mesmo acontece com a terceira Instituição Financeira, a CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Tal cenário não se trata de uma

situação que se manteve estática ao longo do ano, houve migrações de recursos de acordo com as oportunidades para alcançar melhores resultados; Durante o ano de 2023 houve aporte de recursos, pela primeira vez, para as seguintes instituições: Bem DTVM, Banco Daycoval e Intrag DTVM;

Todas as instituições financeiras das quais recebem recursos são idôneas e obviamente de baixo risco, além de deterem posições importantes, segundo informações disponibilizadas no site da ANBIMA – Ranking de Administradores e Gestores⁵.

Rentabilidade

Rentabilidade da Carteira de Investimentos no exercício de 2023

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA ES - CONSOLIDADO
Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - Base: 29/12/2023

Retorno e Meta de Rentabilidade acumulados no ano de 2023

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	52.927.565,61	1.578.733,78	1.798.097,65	53.238.192,18	529.990,44	529.990,44	1,00%	1,00%	0,92%	0,92%	108,89%	1,51%
Fevereiro	53.238.192,18	1.758.528,75	1.692.592,91	53.325.847,86	21.719,84	551.710,28	0,04%	1,04%	1,16%	2,09%	49,88%	1,29%
Março	53.325.847,86	1.755.933,89	1.574.921,32	54.037.007,56	530.147,13	1.081.857,41	0,99%	2,04%	1,12%	3,23%	63,25%	0,97%
Abril	54.037.007,56	1.587.320,61	1.472.146,49	54.640.571,29	488.389,61	1.570.247,02	0,90%	2,96%	0,93%	4,19%	70,74%	1,09%
Mai	54.640.571,29	3.132.833,14	3.079.573,60	55.610.793,47	916.962,64	2.487.209,66	1,68%	4,69%	0,62%	4,83%	97,01%	1,07%
Junho	55.610.793,47	1.796.023,78	1.712.616,14	56.754.476,51	1.060.275,40	3.547.485,06	1,90%	6,68%	0,29%	5,14%	130,07%	0,92%
Julho	56.754.476,51	8.744.610,35	8.650.015,58	57.580.365,25	731.293,97	4.278.779,03	1,29%	8,06%	0,49%	5,65%	142,48%	1,24%
Agosto	57.580.365,25	4.610.674,69	4.519.176,94	57.809.701,21	137.838,21	4.416.617,24	0,24%	8,31%	0,64%	6,33%	131,43%	1,18%
Setembro	57.809.701,21	1.802.267,07	1.789.240,02	58.108.674,82	285.946,56	4.702.563,80	0,49%	8,85%	0,61%	6,98%	126,83%	1,40%
Outubro	58.108.674,82	2.652.181,10	2.523.086,75	58.330.710,75	92.941,58	4.795.505,38	0,16%	9,02%	0,61%	7,63%	118,24%	1,53%
Novembro	58.330.710,75	1.650.556,64	1.440.641,07	59.895.216,35	1.354.590,03	6.150.095,41	2,31%	11,55%	0,63%	8,31%	138,90%	1,29%
Dezembro	59.895.216,35	12.219.312,01	11.338.229,23	61.952.201,88	1.175.902,75	7.325.998,16	1,93%	13,70%	0,91%	9,30%	147,31%	1,38%

O PREVICOB aferiu a critério de rentabilidade, o retorno anualizado de 13,70% frente à meta atuarial (IPCA+4,53%) de 9,30%, cumprindo 147,31% do resultado esperado.

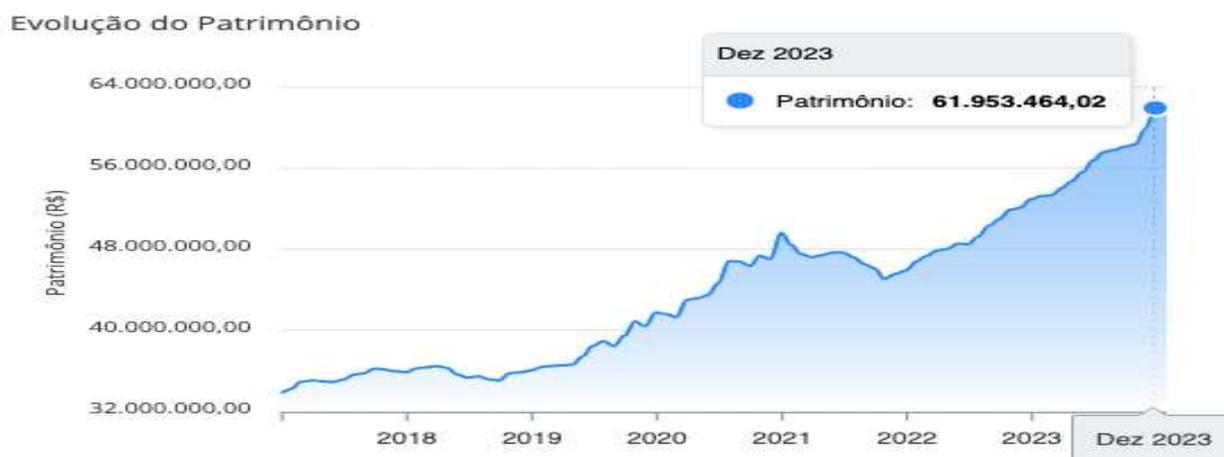
⁵ Acesso: http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/gestores.htm

O retorno satisfatório da meta atuarial foi ocasionado, além dos esforços do comitê de Investimentos em promover realocações de recursos em busca de melhores rentabilidades – praticando uma gestão ativa, ocorreu pelo cenário econômico local e internacional conforme narrado acima.

A rentabilidade acima da meta atuarial é justificada pelos retornos positivos nos meses de novembro e de dezembro de 2023, quando os fundos atrelados a bolsa brasileira (IBOV), que atingiu máxima histórica no encerramento do ano.

Evolução do Patrimônio

Houve evolução positiva patrimonial de R\$ 9.024.636,27 (+17%), no exercício de 2023, em relação ao exercício encerrado em 31/12/2022, e um retorno financeiro de R\$ 7.325.902,75, em igual período.



A evolução positiva patrimonial, no exercício de 2023, advém de dois principais fatores: retomada do plano de Amortização Atuarial a partir de 2018, com maior grau de maturidade em 2023, perfazendo arrecadação exclusiva de 6.821.308,78 (que deverá manter os mesmos padrões de arrecadação nos exercícios seguintes) e, maior eficiência e eficácia no modelo de investimento dos recursos do PREVICOB

contribuíram para que a situação de arrecadação e patrimonial em 2023 tivesse um acréscimo percentual de 13,7%.

Enquadramento da Carteira de Investimentos / Política de Investimentos

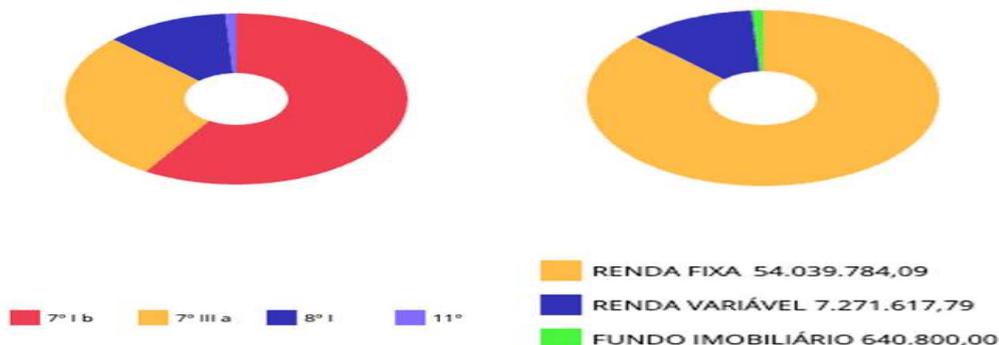
O PREVICOB adotou todas as medidas de proteção e modelos de investimentos de acordo com a Resolução nº 4.963/2021/CMN e, também, com a Política de Investimentos traçada para o ano, concluiu o exercício 2023, com resultados dentro das expectativas do planejamento.

Enquadramento

Artigos - Renda Fixa	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2023			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'a'	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	100,00%	61.952.201,88
Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	100,00%	36.463.138,95	58,86%	25,00%	34,00%	100,00%	25.489.062,93
Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	60,00%	17.576.645,14	28,37%	25,00%	30,00%	60,00%	19.594.675,99
Artigo 7º, Inciso IV	20,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	12.390.440,38
Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'a'	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	3.097.610,09
Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	3.097.610,09
Total Renda Fixa	100,00%	54.039.784,09	87,23%	50,00%	74,00%	290,00%	

Artigos - Renda Variável / Estruturado / Imobiliário	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2023			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 8º, Inciso I	30,00%	7.271.617,79	11,74%	5,00%	15,00%	30,00%	11.314.042,77
Artigo 10º, Inciso I	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	5,00%	10,00%	6.195.220,19
Artigo 11º	5,00%	640.800,00	1,03%	1,00%	1,00%	5,00%	2.456.810,09
Total Renda Variável / Estruturado / Imobiliário	30,00%	7.912.417,79	12,77%	6,00%	21,00%	45,00%	

Artigos - Exterior	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - Limite - 2023			GAP Superior
				Inferior	Alvo	Superior	
Artigo 9º, Inciso I	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	6.195.220,19
Artigo 9º, Inciso II	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	6.195.220,19
Artigo 9º, Inciso III	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	5,00%	10,00%	6.195.220,19
Total Exterior	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	5,00%	30,00%	



O Instituto concluiu o exercício em acordo com a Resolução nº 4.963/2021 e com a Política de Investimentos traçada para o ano.

Liquidez

Liquidez da Carteira de Investimentos Ano 2023

Finalidade	Valor R\$	%
Liquidez imediata	R\$ 60.762.778,40	98,08%
Acima de D+33	R\$ 1.189.423,48	1,92%
Ilíquidos	R\$ 0,00	0,00%
Total	R\$ 61.952.201,88	100%

A carteira de investimentos possui liquidez imediata de 98,08% para auxílio no cumprimento das obrigações do INSTITUTO.

Segmento Renda Variável

Composição do Segmento (Base 12/2023)

Ativos Renda Variável	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instit	Var - Mês
TARPON GT INSTITUCIONAL I FIC AÇÕES	560.135,92	0,00	0,00	615.293,35	55.157,43	9,85%	9,85%	5,20%
SCHRODER BEST IDEAS FI AÇÕES	523.697,78	0,00	0,00	556.108,11	32.410,33	6,19%	6,19%	6,80%
CAIXA BRASIL IBX-50 FIAÇÕES	3.739.865,26	0,00	0,00	3.958.435,20	218.569,94	5,84%	5,84%	6,47%
OCCAM FIC AÇÕES	525.172,42	0,00	0,00	550.855,34	25.682,92	4,89%	4,89%	6,23%
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	559.200,01	0,00	0,00	574.130,13	14.930,12	2,67%	2,67%	6,42%
AZ QUEST BAYES SISTEMÁTICO AÇÕES FI AÇÕES	0,00	500.000,00	0,00	512.248,11	12.248,11	2,45%	7,09%	4,80%
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	625.680,00	0,00	0,00	640.800,00	15.120,00	2,42%	3,18%	17,81%
QLZ MOS FI AÇÕES	0,00	500.000,00	0,00	504.547,55	4.547,55	0,91%	5,63%	4,72%
Total Renda Variável	6.533.751,39	1.000.000,00	0,00	7.912.417,79	378.666,40	5,03%		7,07%

Segmento Renda Fixa

Composição do Segmento (Base 12/2023)

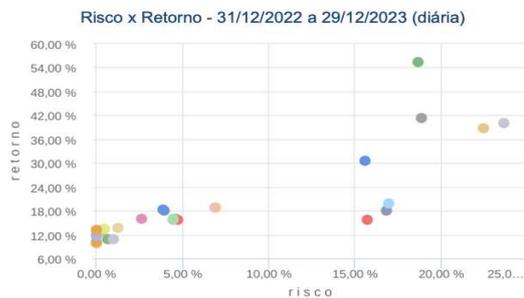
Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instit	Var - Mês
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FI...	665.379,54	0,00	0,00	691.541,31	26.161,77	3,93%	3,93%	2,38%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDE...	1.838.342,48	1.450.000,00	0,00	3.414.792,94	126.450,46	3,85%	3,93%	2,40%
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	1.650.775,50	0,00	0,00	1.699.292,56	48.517,06	2,94%	2,94%	1,61%
BANESTES IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1.552.862,03	0,00	0,00	1.597.435,60	44.573,57	2,87%	2,87%	1,57%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA ...	276.700,77	0,00	0,00	284.245,27	7.544,50	2,73%	2,73%	1,44%
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.069.607,48	1.500.000,00	0,00	2.637.925,22	68.317,74	2,66%	2,74%	1,47%
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FI...	2.456.001,60	0,00	0,00	2.497.959,23	41.957,63	1,71%	1,71%	0,94%
BB IRF-M 1+ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.148.734,75	1.650.000,00	0,00	2.844.066,28	45.331,53	1,62%	1,69%	0,95%
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCI...	5.292.576,62	1.300.000,00	500.000,00	6.180.465,42	87.888,80	1,33%	1,46%	0,66%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	2.038.449,45	0,00	0,00	2.063.061,99	24.612,54	1,21%	1,21%	0,28%
BANESTES IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2.843.736,49	0,00	0,00	2.868.999,34	25.262,85	0,89%	0,89%	0,03%
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	8.157.787,22	0,00	1.070.000,00	7.160.068,05	72.280,83	0,89%	0,94%	0,03%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDE...	7.738.011,80	0,00	0,00	7.806.549,45	68.537,65	0,89%	0,89%	0,04%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁ...	3.978.489,32	0,00	0,00	4.013.271,15	34.781,83	0,87%	0,87%	0,01%
BANESTES VIP DI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	5.204.723,46	0,00	650.000,00	4.597.966,31	43.242,85	0,83%	0,90%	0,03%
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	448.081,25	813.606,67	70.000,00	1.199.929,23	8.241,31	0,65%	0,82%	0,01%
BANESTES INVEST PUBLIC AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CP	222.653,67	308.002,24	333.633,21	198.280,40	1.257,70	0,24%	0,66%	0,01%
BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	6.704.923,56	3.833.063,10	8.359.115,18	2.200.750,97	21.879,49	0,21%	0,69%	0,01%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA SIMPL...	73.627,97	364.640,00	355.480,84	83.183,37	396,24	0,09%	0,81%	0,01%
Total Renda Fixa	53.361.464,96	11.219.312,01	11.338.229,23	54.039.784,09	797.236,35	1,49%		0,55%

Risco e Retorno

A relação risco-retorno faz parte da rotina do investidor, em proporções previsíveis: quanto maior o risco, maior o retorno esperado. Os grandes riscos estão correlacionados com os grandes retornos e vice-versa. O gráfico a seguir demonstra o comportamento dos fundos perante o Risco de Mercado⁶, durante o período de 12 (doze) meses.

⁶ Risco de Mercado: origina-se da variação no valor dos ativos causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado (estando aí incluso juros, ações, cotações de moedas estrangeiras e preços de commodities), mudanças na correlação (interação) entre eles e nas suas volatilidades.

Gráficos



- AZ QUEST BAYES SISTEMÁTICO AÇÕES FI AÇÕES
- BANESTES IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA
- BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA
- BANESTES INVEST PUBLIC AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CP
- BANESTES IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA
- BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI
- BANESTES VIP DI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI
- BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO
- BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO
- BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
- BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
- BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
- BB IRF-M 1+ FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
- BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
- BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
- CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA SIMPLES
- CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA
- CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES
- CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
- CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
- CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
- GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC AÇÕES
- OCCAM FIC AÇÕES
- QLZ MOS FI AÇÕES
- SCHRODER BEST IDEAS FI AÇÕES
- TARPON GT INSTITUCIONAL FIC AÇÕES
- CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11
- CDI

Retorno dos Investimentos nos Últimos Anos

2017

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (\$)	Retorno (%)	Meta (%)	Gap (%)	VaR (%)
Janeiro	33.442.231,15	496.366,32	335.749,99	34.087.769,64	484.922,16	1,44%	0,93%	154,82%	1,63%
Fevereiro	34.087.769,64	333.039,65	282.784,80	34.884.760,72	746.736,23	2,19%	0,66%	332,39%	0,96%
Março	34.884.760,72	700.704,20	1.563.818,94	34.331.122,78	309.476,80	0,89%	0,85%	103,77%	1,24%
Abril	34.331.122,78	1.009.526,01	542.586,39	34.880.173,14	82.110,74	0,24%	0,50%	47,44%	1,01%
Mai	34.880.173,14	382.270,48	479.593,21	34.793.152,03	10.301,62	0,03%	0,87%	3,39%	5,11%
Junho	34.793.152,03	752.030,75	840.911,82	35.000.911,30	296.640,34	0,85%	0,19%	460,12%	1,14%
Julho	35.000.911,30	350.299,12	505.156,65	35.533.370,02	687.316,25	1,96%	0,66%	298,63%	1,20%
Agosto	35.533.370,02	413.813,54	551.450,39	35.664.776,51	269.043,34	0,76%	0,50%	150,51%	0,95%
Setembro	35.664.776,51	1.399.041,72	1.414.605,64	36.121.150,23	471.937,64	1,32%	0,44%	298,41%	0,83%
Outubro	36.121.150,23	439.183,48	648.842,97	35.985.094,72	73.603,98	0,20%	0,86%	23,73%	1,07%
Novembro	35.985.094,72	419.400,29	596.656,89	35.804.873,72	-2.964,40	-0,01%	0,64%	-1,29%	0,92%
Dezembro	35.804.873,72	348.758,14	692.456,44	35.694.657,30	233.481,88	0,65%	0,72%	89,98%	0,72%
Acumulado no ano					3.662.606,58	11,02%	8,11%	135,85%	

Em 2017, a carteira de ativos estava distribuída em fundos cuja composição buscavam os índices referenciados da ANBIMA, sendo que 44% eram atrelados ao IRF-M1, 24% IMA-B e 25% em CDI. O saldo ficou em fundos estruturados, de baixa liquidez. A rentabilidade auferida foi de 11,02%. Já a Meta Atuarial, em igual período atingiu 8,11%, o PREVICOB, alcançou, portanto 135% da meta estabelecida.

2018

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	35.694.657,30	909.470,61	1.144.966,93	36.041.674,15	582.513,17	582.513,17	1,63%	1,63%	0,80%	0,80%	203,62%	0,88%
Fevereiro	36.041.674,15	254.560,58	350.468,48	36.136.338,87	190.572,62	773.085,79	0,53%	2,17%	0,74%	1,55%	140,34%	0,91%
Março	36.136.338,87	459.840,83	491.262,63	36.347.718,73	242.801,66	1.015.887,45	0,67%	2,86%	0,58%	2,13%	133,95%	0,72%
Abril	36.347.718,73	354.914,35	606.846,70	36.162.642,31	66.855,93	1.082.743,38	0,18%	3,04%	0,71%	2,85%	106,66%	0,76%
Mai	36.162.642,31	216.594,83	522.182,82	35.539.283,38	-317.770,94	764.972,44	-0,88%	2,14%	0,89%	3,77%	56,77%	1,42%
Junho	35.539.283,38	289.748,73	559.553,76	35.227.936,54	-41.541,81	723.430,63	-0,12%	2,02%	1,75%	5,59%	36,15%	1,64%
Julho	35.227.936,54	289.842,24	630.543,47	35.317.323,59	430.088,28	1.153.518,91	1,22%	3,27%	0,84%	6,48%	50,42%	0,85%
Agosto	35.317.323,59	350.577,29	618.479,25	35.062.070,28	12.648,65	1.166.167,56	0,04%	3,30%	0,44%	6,95%	47,53%	1,21%
Setembro	35.062.070,28	387.332,74	568.164,67	35.027.635,77	146.397,42	1.312.564,98	0,42%	3,73%	0,92%	7,93%	47,06%	0,87%
Outubro	35.027.635,77	472.152,06	536.795,31	35.780.767,59	817.775,07	2.130.340,05	2,33%	6,16%	0,96%	8,97%	68,60%	1,31%
Novembro	35.780.767,59	374.389,02	575.419,24	35.834.563,54	254.826,17	2.385.166,22	0,71%	6,91%	0,25%	9,25%	74,74%	0,71%
Dezembro	35.834.563,54	9.922.444,09	10.136.178,43	35.960.953,34	340.124,14	2.725.290,36	0,95%	7,93%	0,61%	9,92%	79,91%	0,76%

Em 2018, o padrão não foi muito diferente dos últimos anos em termos de disposição de ativos no portfólio. No entanto, os gestores optaram por elevar o conservadorismo,

já que o mercado financeiro, àquela época ainda estava muito volátil. Os fundos cujas carteiras são atreladas aos títulos de curto e curtíssimos prazos foram destaques no portfólio, com 74% do patrimônio líquido do INSTITUTO, distribuídos em IRF-M1, IRF-M e CDI. O saldo ficou aplicado em fundos IMA-B (prazo médio de vencimento das curvas de juros) e fundos ilíquidos (FII e Crédito Privado). A rentabilidade foi de 7,93%, contra a meta atuarial 9,92%. O Ano de 2018 foi marcado pela paralisação dos caminhoneiros, que impactou fortemente a inflação brasileira.

2019

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	35.960.953,34	406.682,26	669.600,17	36.329.454,05	631.418,62	631.418,62	1,76%	1,76%	0,83%	0,83%	211,13%	1,03%
Fevereiro	36.329.454,05	957.814,49	980.514,17	36.478.731,79	171.977,42	803.396,04	0,47%	2,24%	0,90%	1,73%	129,00%	1,03%
Março	36.478.731,79	4.370.867,42	4.507.104,22	36.516.012,59	173.517,60	976.913,64	0,48%	2,72%	1,19%	2,95%	92,37%	1,97%
Abril	36.516.012,59	623.829,09	784.871,12	36.587.416,93	232.446,37	1.209.360,01	0,64%	3,38%	1,06%	4,04%	83,61%	0,90%
Mai	36.587.416,93	9.382.430,50	9.457.335,46	37.425.652,25	913.140,28	2.122.500,29	2,50%	5,96%	0,64%	4,71%	126,60%	1,62%
Junho	37.425.652,25	3.177.762,30	3.478.890,65	38.292.122,61	1.167.598,71	3.290.099,00	3,12%	9,26%	0,45%	5,18%	178,91%	1,95%
Julho	38.292.122,61	704.143,24	741.596,42	38.828.369,14	573.699,71	3.863.798,71	1,50%	10,90%	0,72%	5,94%	183,53%	1,29%
Agosto	38.828.369,14	6.633.048,87	6.748.024,88	38.443.310,08	-270.083,05	3.593.715,66	-0,70%	10,13%	0,62%	6,60%	153,54%	2,59%
Setembro	38.443.310,08	81.197.392,23	81.465.321,23	39.360.658,09	1.185.277,01	4.778.992,67	3,08%	13,52%	0,45%	7,07%	191,22%	2,23%
Outubro	39.360.658,09	79.305.310,88	79.353.743,40	40.878.189,08	1.565.963,51	6.344.956,18	3,98%	18,04%	0,63%	7,75%	232,74%	2,46%
Novembro	40.878.189,08	66.561.739,95	66.704.656,16	40.348.586,43	-386.686,44	5.958.269,74	-0,95%	16,92%	0,98%	8,80%	192,26%	2,27%
Dezembro	40.348.586,43	99.447.921,23	99.207.544,41	41.708.995,45	1.120.032,20	7.078.301,94	2,76%	20,15%	1,64%	10,59%	190,28%	3,36%

Em 2019, o padrão permaneceu igual ao dos últimos anos em termos de disposição de ativos no portfólio. Os gestores mantiveram o conservadorismo. Os fundos cujas carteiras são atreladas aos títulos de curto a longuíssimos prazos foram destaques no portfólio, com quase 100% do patrimônio líquido do PREVICOB, distribuídos em IRF-M1, IRF-M e CDI, IMA-B, etc. A rentabilidade auferida foi de 20,15%. Já a Meta Atuarial, em igual período atingiu 10,59%, o PREVICOB, alcançou, portanto 190,28% da meta estabelecida.

2020

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno (\$)	Retorno Acum (\$)	Retorno Mês (%)	Retorno Acum (%)	Meta Mês(%)	Meta Acum (%)	Gap Acum (%)	VaR (%)
Janeiro	41.708.995,45	70.282.314,89	70.910.071,28	41.350.050,74	268.811,68	268.811,68	0,64%	0,64%	0,71%	0,71%	90,53%	2,67%
Fevereiro	41.350.050,74	81.991.739,49	82.008.192,99	41.278.277,57	-55.319,67	213.492,01	-0,13%	0,51%	0,66%	1,38%	37,02%	2,29%
Março	41.278.277,57	172.538.259,16	172.631.699,95	42.808.766,55	1.623.929,77	1.837.421,78	3,93%	4,46%	0,57%	1,96%	228,18%	11,07%
Abril	42.808.766,55	33.790.585,62	33.846.457,84	43.154.591,25	201.696,92	2.039.118,70	0,47%	4,95%	0,14%	2,10%	235,59%	8,22%
Mai	43.154.591,25	3.164.640,44	3.471.122,34	43.393.860,44	545.751,09	2.584.869,79	1,26%	6,28%	0,07%	2,18%	288,41%	3,43%
Junho	43.393.860,44	161.885.061,47	162.093.888,17	44.613.929,27	1.428.895,53	4.013.765,32	3,29%	9,78%	0,74%	2,93%	333,44%	2,55%
Julho	44.613.929,27	109.691.745,07	109.716.045,24	46.810.801,26	2.221.172,16	6.234.937,48	4,98%	15,25%	0,89%	3,85%	396,54%	2,93%
Agosto	46.810.801,26	119.244.479,31	119.326.245,75	46.783.842,41	54.807,59	6.289.745,07	0,12%	15,38%	0,72%	4,59%	334,98%	2,32%
Setembro	46.783.842,41	51.332.828,68	51.524.017,55	46.340.915,46	-251.738,08	6.038.006,99	-0,54%	14,76%	1,12%	5,76%	256,07%	1,80%
Outubro	46.340.915,46	19.176.832,16	18.888.498,56	46.537.090,18	-92.158,88	5.945.848,11	-0,20%	14,53%	1,34%	7,18%	202,31%	3,06%
Novembro	46.537.090,18	28.376.793,01	28.456.517,96	46.984.279,79	526.914,56	6.472.762,67	1,13%	15,83%	1,35%	8,63%	183,44%	3,08%
Dezembro	46.984.279,79	49.958.015,31	49.637.093,02	49.650.267,70	2.345.065,62	8.817.828,29	4,96%	21,57%	1,86%	10,65%	202,60%	2,45%

Em 2020, o padrão permaneceu similar ao exercício 2019 em termos de disposição de ativos no portfólio e taxa de retorno. Os gestores mantiveram o conservadorismo. Os fundos cujas carteiras são atreladas aos títulos de curto a longuíssimos prazos foram destaques no portfólio, com quase 100% do patrimônio líquido do PREVICOB, distribuídos em IRF-M1, IRF-M e CDI, IMA-B, etc. A rentabilidade auferida foi de 21,57%. Já a Meta Atuarial, em igual período atingiu 10,65%, o PREVICOB, alcançou, portanto 202,06%, mais que o dobro da meta estabelecida.

2021

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno (\$)	Retorno Acum (\$)	Retorno Mês (%)	Retorno Acum (%)	Meta Mês(%)	Meta Acum (%)	Gap Acum (%)	VaR (%)
Janeiro	49.650.267,70	79.164.892,79	79.719.717,05	48.441.661,43	-653.782,01	-653.782,01	-1,32%	-1,32%	0,67%	0,67%	-196,51%	3,19%
Fevereiro	48.441.661,43	957.598,49	1.013.282,37	47.543.115,70	-842.861,95	-1.496.643,86	-1,74%	-3,03%	1,24%	1,92%	-158,12%	2,43%
Março	47.543.115,70	37.246.006,73	37.266.278,05	47.208.650,63	-314.193,75	-1.810.837,61	-0,66%	-3,67%	1,42%	3,36%	-109,29%	3,02%
Abril	47.208.650,63	1.397.657,28	1.467.566,67	47.400.321,75	261.580,51	-1.549.257,10	0,55%	-3,14%	0,73%	4,12%	-76,29%	2,21%
Mai	47.400.321,75	1.545.926,81	1.596.096,17	47.640.362,48	290.210,09	-1.259.047,01	0,61%	-2,55%	1,27%	5,44%	-46,81%	2,13%
Junho	47.640.362,48	14.708.083,78	14.734.311,11	47.666.836,34	52.701,19	-1.206.345,82	0,11%	-2,44%	0,97%	6,47%	-37,72%	2,46%
Julho	47.666.836,34	872.041,31	922.625,39	47.205.097,65	-411.154,61	-1.617.500,43	-0,86%	-3,28%	1,43%	7,99%	-41,09%	2,52%
Agosto	47.205.097,65	3.015.480,36	3.032.302,49	46.514.913,53	-673.361,99	-2.290.862,42	-1,43%	-4,66%	1,34%	9,43%	-49,44%	3,54%
Setembro	46.514.913,53	10.133.433,27	10.181.541,47	46.077.529,67	-389.275,86	-2.680.138,08	-0,84%	-5,46%	1,61%	11,18%	-48,81%	2,29%
Outubro	46.077.529,67	10.751.279,11	10.889.107,70	45.051.014,48	-888.686,80	-3.568.824,68	-1,93%	-7,28%	1,67%	13,05%	-55,82%	2,40%
Novembro	45.051.014,48	1.441.403,45	1.506.392,88	45.552.318,09	566.293,04	-3.002.531,64	1,26%	-6,12%	1,37%	14,60%	-41,90%	2,05%
Dezembro	45.552.318,09	1.630.111,95	1.711.329,63	45.913.470,18	442.369,77	-2.560.161,87	0,97%	-5,21%	1,22%	15,99%	-32,55%	1,48%

Em 2021, o padrão permaneceu similar aos anos anteriores em termos de disposição de ativos no portfólio, porém com taxa de retorno muito aquém do esperado. Os gestores mantiveram o conservadorismo. Os fundos cujas carteiras são atreladas aos títulos de curto a longuíssimos prazos foram destaques no portfólio, com quase 100% do patrimônio líquido do PREVICOB, distribuídos em IRF-M1, IRF-M e CDI, IMA-B, etc. A rentabilidade auferida foi de (- 5,21%). Já a Meta Atuarial, em igual período atingiu 15,99%, o PREVICOB, não alcançou, ficando, portanto -32,55%, da meta estabelecida.

Desempenho dos Investimentos nos Últimos Cinco Anos

A carteira de investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB se mostra pulverizada com aplicações em diversos fundos de investimentos que aplicam em títulos públicos de vários vértices, principalmente os de médio, longo e longuíssimos prazos, representados pelos subíndices da família IMA.

Embora não seja o suficiente para garantir a não ocorrência de perdas, investir em ativos que reagem de forma equânime ao mesmo evento certamente pode elevar o risco ao investir, no entanto, aqui estamos aplicados no risco soberano, e com as sucessivas quedas na taxa básica de juros, a SELIC, os resultados, exceto o ano de 2021, foram surpreendentes em todos períodos analisados, com destaque para os anos **2019 a 2023**.

A evolução positiva patrimonial, advém de dois principais fatores: 1 - retomada do plano de Amortização Atuarial a partir de 2018, com maior grau de maturidade em 2022 com arrecadação de 6.815.276,54 e em 2023, perfazendo arrecadação exclusiva de 6.821.308,78 (que deverá manter os mesmos padrões de arrecadação nos exercícios seguintes) e, 2 - maior eficiência e eficácia no modelo de investimento dos recursos do PREVICOB contribuíram para que a situação de arrecadação e

patrimonial tivesse um acréscimo percentual de 13,7% no último ano analisado, bem acima da meta atuarial.

RENTABILIDADE ACUMULADA DOS INVESTIMENTOS DO PREVICOB 2023	
Saldo Anterior	52.927.565,61
saldo Atual	61.952.201,88
Rentabilidade anual	7.325.998,16
Meta Atuarial	9,20%
Retorno Anual	13,70%

O resultado dos retornos de captação financeira acumulado nos últimos cinco anos foi na ordem de R\$25.022.324,58, em valores nominais, sendo 28,29% do valor em 2019, 35,24% em 2020, **-10,23%⁷ em 2021 (Ano de apuração da insuficiência pela equipe Técnica)**, 17,43% em 2022, 29,27% em 2023, sendo apenas o ano de 2021 que apresentou resultado negativo em -10,23%, portando, reduzindo parte dos resultados conquistados nos últimos cinco anos. Importante salientar que este resultado considera apenas a rentabilidade dos investimentos, excluindo aqui as novas aplicações e resgates no período.

Ano	Valor	%
2019	R\$7.078.301,94	28,29%
2020	R\$8.817.828,29	35,24%
2021	-R\$2.560.161,87	-10,23%
2022	R\$4.361.518,15	17,43%
2023	R\$7.324.838,07	29,27%
TOTAL	R\$25.022.324,58	100%

Ainda, em se tratando do cenário atual, no exercício 2024, o Comitê de Investimentos deverá buscar a diversificação mesmo em títulos públicos, que possa proporcionar a

⁷ É possível afirmar que **o resultado negativo na rentabilidade das aplicações financeiras no exercício 2021**, divergente dos demais exercícios analisados, figurou como o principal fator para o não atingimento do equilíbrio financeiro naquele exercício.

busca por maiores prêmios no curto prazo ou ainda a conservação da posição, não comprometendo a liquidez da carteira de investimentos em honrar seus compromissos.

Assim como a diversificação dos ativos que compõe a carteira de investimentos é de suma importância, e, a compreensão da necessidade da diversificação dos prestadores de serviços ligados aos fundos de investimentos, as instituições financeiras (as que exercem a função de Administração, Gestão e Custódia dos fundos de investimentos).

Este tipo de diversificação minimiza os riscos dos ativos quanto a possíveis imprudências de gestão e/ou administração.

Embora não seja o suficiente para garantir a não ocorrência de perdas, investir em ativos que reagem de forma equânime ao mesmo evento certamente pode elevar o risco ao investir, no entanto, aqui estamos aplicados no risco soberano, e com o início do movimento de baixas na taxa básica de juros, a SELIC, durante o ano (saindo de 13,75% ao ano para 11,75% ao ano), o resultado foi acima da meta atuarial.

Ademais, o Comitê de Investimentos sempre buscará a cautela e acompanhamento a respeito da sugestão da Consultoria contratada e dos diversos meios de obtenção das informações acerca do mercado financeiro, buscando a melhor saída para o retorno das aplicações, em um contexto favorável ao desinvestimento.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB se mostra pulverizada com aplicações em diversos fundos de investimentos que aplicam em

títulos públicos de vários vértices, principalmente os de curto prazos, representados pelo CDI e pelo subíndices da família IRF-M1.

O Comitê de Investimentos continua buscando a cautela e acompanhamento a respeito da sugestão da Consultoria contratada e dos diversos meios de obtenção das informações acerca do mercado financeiro, buscando a melhor saída para o retorno das aplicações, em um contexto favorável ao desinvestimento.

Por fim, o Comitê de Investimento manteve neste exercício 2023 a diversificação em um grau baixo, mesmo contemplando fundos de investimentos imobiliários e de ações, sendo sabedores que a diversificação é uma técnica que permite reduzir os riscos através da alocação em fundos de investimentos de vários vértices e ativos, principalmente os de crédito, tornando-se uma importante ferramenta para maximizar o retorno correndo menos riscos, mas durante todo o exercício foi unanime entre os membros que enquanto o risco apresentado pelos investimentos se mostrarem elevados, a preservação do patrimônio terá prioridade, em detrimento ao atingimento da meta atuarial.

DA GESTÃO ATUARIAL

Apresentação

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários de Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra, além de ser uma exigência legal, prevista na Lei nº. 2.499/2005 e na Portaria nº. 1.467/22, é essencial para a organização e revisão dos planos de custeio e de benefícios, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial.

Base de Dados e Estatísticas

As bases de dados apresentadas pelos órgãos responsáveis da administração do Município e pelo próprio RPPS do Município de Conceição da Barra possuem qualidade satisfatória para a realização do cálculo atuarial, sendo que algumas informações foram estimadas dentro dos princípios atuariais mais conservadores.

Cabe ressaltar a existência de um grupo de inativos mantido pelo tesouro.

Constituição da massa de servidores dos quatro últimos exercícios:

Constituição	Dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23
Ativos	695	605	603	715	724
Inativos	246	306	308	290	314
Inativos – Tesouro	45	37	37	36	35
Pensionistas	38	39	39	36	39
Pensionistas – Tesouro	23	32	32	35	33

Custo Normal

O Custo Normal do Plano corresponde ao somatório dos valores necessários para a formação das reservas para o pagamento de aposentadorias programadas, dos benefícios de risco (pensão por morte de servidores ativos e aposentadoria por invalidez) adicionado à Taxa de Administração. Como o próprio nome diz, os valores do Custo Normal Anual correspondem ao valor que manterá o Plano equilibrado durante um ano, a partir da data da avaliação atuarial.

As alíquotas de contribuição normal em exercício no RPPS do Município de Conceição da Barra, estabelecidas pela Lei Complementar 10/2006 e alterada pela Lei Complementar 23/2011 e pela Lei Complementar 059/2020, se distribui da seguinte forma:

- O produto de arrecadação referente às contribuições de caráter compulsório, dos servidores ativos de qualquer dos Poderes do Município, suas Autarquias e Fundações será 14,00% (quatorze por cento) sobre a remuneração de contribuição; (Alterada pela Lei complementar 059/2020).

- O produto de arrecadação referente às contribuições dos aposentados e pensionistas de qualquer dos Poderes do Município, suas Autarquias e Fundações será de 14,00% (quatorze por cento), incidentes sobre a parcela dos benefícios que ultrapasse o teto do Regime Geral, conforme trata o art. 201 da Constituição Federal; (Alterada pela Lei complementar 059/2020).

- O produto de arrecadação referente a contribuição do Município, suas Autarquias e Fundações corresponderá a 22,00% (vinte e dois por cento) da totalidade da remuneração de contribuição dos segurados em atividade (Alterada pela Lei Complementar 073/2023);

Patrimônio do Plano

Entende-se por ativos garantidores o montante dos recursos já acumulados pelo RPPS, garantidores dos benefícios previdenciários. Na Avaliação Atuarial referente ao exercício 2024 foi informado o valor de R\$ 61.952.201,88 (sessenta e um milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e um reais e oitenta e oito centavos) como o somatório dos bens vinculados ao Plano, posicionado em 31/12/2023 e, em consonância, com o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, relativo ao mês de dezembro do exercício anterior ao da realização da avaliação atuarial.

Somando-se aos ativos garantidores do RPPS, considerou-se o total dos saldos devedores dos Termos de Parcelamentos celebrados entre a Prefeitura Municipal de Conceição da Barra e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Conceição da Barra, posicionados em 31/12/2023, equivalente ao montante de R\$ 4.656.058,64 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)

Dando o total de R\$ 66.608.260,52 (sessenta e seis milhões, seiscentos e oito mil, duzentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos) de patrimônio do plano.

O referido patrimônio será comparado às provisões matemáticas para se apurar o resultado técnico do Plano. Entende-se por provisão matemática o montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, considerando também as contribuições futuras.

Nos 4 (quatro) últimos exercícios foi possível observar um crescimento do Patrimônio do Plano como era esperado devido ao acúmulo de bens e recursos:



O Crescimento percentual do patrimônio nos 4 (quatro) últimos exercícios estiveram na média de 10% (dez por cento), com tendência de aumento, considerando o comportamento dos dois últimos anos, sendo: altas de 14,5% (quatorze e meio por cento) do exercício 2022 para o 2023 e 15,2% (quinze vírgula dois por cento) do exercício 2023 para o 2024.

Ano	Patrimônio	Aumento (%)
2016	32.942.311,22	-
2017	33.842.915,78	2,7%
2018	35.595.233,96	5,2%
2019	40.074.605,67	12,6%
2020	45.721.032,10	14,1%
2021	49.658.283,65	8,6%
2022	50.484.568,97	1,7%
2023	57.826.186,50	14,5%
2023	66.608.260,52	15,2%

Despesas do Plano

O RPPS tem a previsão de conceder os benefícios previstos pelo Regime Geral e de acordo com a Lei nº 9.717/1998, Lei nº 10.887/2004 e a Emenda Constitucional nº 103/2019.

São abrangidos:

- Aos Servidores:

Aposentadoria por Invalidez;

Aposentadoria Compulsória;

Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição;

Aposentadoria por Idade;

Aposentadoria Especial do Professor

- Aos Dependentes:

Pensão por Morte;

Apresentamos a seguir os valores para todas as despesas do plano, dos cinco últimos exercícios, com base nas informações disponibilizadas pelo RPPS:

R\$1,00

DESpesas ANUAIS					
DESCRIÇÃO	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23
ATIVOS	14.324.618	13.451.372	13.494.178	21.746.838	25.753.014
INATIVOS	6.603.440	8.369.729	8.599.109	9.997.456	11.132.297
PENSIONISTAS	457.869	694.847	702.979	761.020	873.606

Base: dezembro

As folhas anuais de ativos, inativos e pensionistas são referentes às bases para definição de valores de contribuição dos servidores.

Resultado Atuarial

Através das Reservas Matemática é expresso o Passivo Atuarial que é uma projeção atuarial, representativa da totalidade dos compromissos líquidos do plano para com seus segurados (ativos, aposentados e pensionistas), ou seja, representa a diferença entre benefícios previdenciários futuros e contribuições futuras, trazidos financeiramente à data presente (valor presente) considerando-se uma determinada taxa de juros.

A Reserva Matemática é de Benefícios Concedidos quando se refere aos servidores aposentados e pensionistas e de Benefícios a Conceder quando se refere aos servidores ativos. Ao se calcular a diferença entre Ativo Líquido e as Reservas Matemáticas, pode-se avaliar se o Plano é superavitário, resultado positivo, ou deficitário, resultado negativo.

O quadro a seguir apresenta o resultado atuarial dos quatro últimos exercícios, levando em consideração as obrigações e o patrimônio do RPPS:

R\$1,00

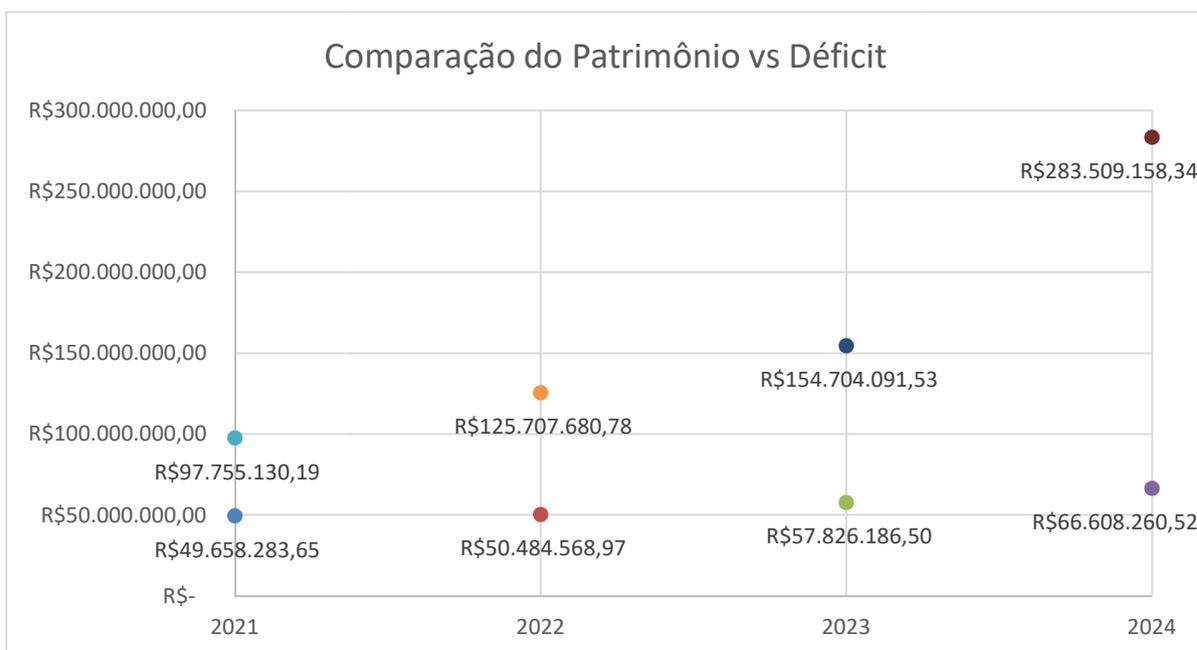
PLANO DE CONTAS RPPS				
EXERCÍCIO	2021	2022	2023	2024
Reserva Matemáticas de Benefícios Concedidos	125.470.082,12	111.237.926,09	135.624.514,91	164.030.248,92
Reserva Matemáticas de Benefícios a Conceder	21.943.331,73	64.954.323,65	76.905.763,12	186.087.169,94
Patrimônio	49.658.283,65	50.484.568,97	57.826.186,50	66.608.260,52
RESULTADO ATUARIAL	97.755.130,19	125.707.680,78	154.704.091,53	283.509.158,34

Base: dezembro

R\$1,00

PLANO DE CONTAS MANTIDOS PELO TESOUREO				
EXERCÍCIO	2021	2022	2023	2024
Reserva Matemáticas de Benefícios Concedidos	12.628.992,37	12.628.992,37	12.464.497,54	20.514.999,17
Reserva Matemáticas de Benefícios a Conceder	-	-	-	-
Patrimônio	-	-	-	-
RESULTADO ATUARIAL	12.628.992,37	12.628.992,37	12.464.497,54	20.514.999,17

Base: dezembro



Equacionamento do Déficit - Custo Suplementar

A Avaliação Atuarial indicará o plano de custeio necessário, a partir de sua realização, para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS.

No caso do Município de Conceição da Barra o equacionamento do déficit se dá por meio de um Custo Suplementar por Aportes Financeiros. O referido Custo parte de

um Aporte Mensal no valor de R\$ 597.158,74 (quinhentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos), com prazo de amortização de 31 anos. Para amortizar o passivo atuarial de R\$ 283.509.158,34 (duzentos e oitenta e três milhões, quinhentos e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

A fim de garantir a sustentabilidade do RPPS de Conceição da Barra e o equilíbrio financeiro-atuarial exigido pela constituição Federal, o Município adotou plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial do RPPS, instituído inicialmente com base na Lei Complementar Municipal 23/2011, com atualizações por meio das Leis Complementares Municipais 32/2013, 48/2018 e 54/2019, bem como pelo Decreto 5.383/2020 e por último o Decreto do Executivo Municipal nº 5577/2022, de 05/04/2022 que revisou o Plano de Amortização do Déficit Técnico Atuarial e continua vigente; Desde a criação o plano previu modelos de alíquota suplementares/aportes atuariais crescentes, aplicáveis até o exercício de 2054.

O plano de amortização adotado pelo Município de Conceição da Barra nos anos de **2022, 2023 e 2024**⁸, prevê aportes atuariais crescentes conforme abaixo:

ANEXO I

PLANO DE AMORTIZAÇÃO POR APORTES FINANCEIROS MENSAIS			
Ano	Aporte Mensal	2038	R\$667.606,93
2022	R\$563.170,41	2039	R\$667.606,93
2023	R\$605.128,01	2040	R\$667.606,93
2024	R\$667.606,93	2041	R\$667.606,93
2025	R\$667.606,93	2042	R\$667.606,93
2026	R\$667.606,93	2043	R\$667.606,93
2027	R\$667.606,93	2044	R\$667.606,93
2028	R\$667.606,93	2045	R\$667.606,93
2029	R\$667.606,93	2046	R\$667.606,93
2030	R\$667.606,93	2047	R\$667.606,93
2031	R\$667.606,93	2048	R\$667.606,93

⁸ Projeto de Lei alusivo ao novo Plano de Amortização atualizado e definido em estudo atuarial, com base de dados posicionada em dezembro/23, encaminhado ao Legislativo e aprovado em sessão recente com previsão de entrar em vigor em abril/2024.

2032	R\$667.606,93	2049	R\$667.606,93
2033	R\$667.606,93	2050	R\$667.606,93
2034	R\$667.606,93	2051	R\$667.606,93
2035	R\$667.606,93	2052	R\$667.606,93
2036	R\$667.606,93	2053	R\$667.606,93
2037	R\$667.606,93	2054	R\$667.606,93

Segue o plano de amortização completo a ser adotado pelo Município de Conceição da Barra ao longo do período de 2024 até 2054⁹, após aprovação em Lei, conforme estabelecido pela Portaria nº 1467/2021:

PLANO DE AMORTIZAÇÃO POR APORTES MENSAIS			
Ano	Aporte Mensal	Ano	Aporte Mensal
2024	R\$597.158,74	2040	R\$1.536.032,19
2025	R\$715.970,81	2041	R\$1.571.943,85
2026	R\$1.088.464,83	2042	R\$1.608.420,13
2027	R\$1.117.228,38	2043	R\$1.645.468,74
2028	R\$1.146.458,35	2044	R\$1.683.097,49
2029	R\$1.176.161,19	2045	R\$1.721.314,26
2030	R\$1.206.343,45	2046	R\$1.760.127,06
2031	R\$1.237.011,74	2047	R\$1.799.543,98
2032	R\$1.268.172,76	2048	R\$1.839.573,23
2033	R\$1.299.833,29	2049	R\$1.880.223,11
2034	R\$1.332.000,22	2050	R\$1.921.502,03
2035	R\$1.364.680,51	2051	R\$1.963.418,51
2036	R\$1.397.881,20	2052	R\$2.005.981,16
2037	R\$1.431.609,44	2053	R\$2.049.198,73
2038	R\$1.465.872,45	2054	R\$2.093.080,05
2039	R\$1.500.677,57		

Este déficit corresponde, essencialmente, ao passivo referente aos custos do tempo de serviço passado de uma massa de servidores, até mesmo antes da criação do RPPS, sem a devida contribuição previdenciária, e, também, fruto dos desequilíbrios e ou insuficiências apuradas em cada exercício que ocasionam o crescimento do déficit no ativo, necessário à cobertura das provisões matemáticas.

⁹ Tabela atualizada na avaliação atuarial base 12/2022

Evolução das Reservas do Plano de Equacionamento do Déficit

Inicialmente, com a criação do Plano de Amortização Atuarial através da Lei complementar Municipal 23/2011, somente a partir da edição de Lei Complementar 48/2018, o município de Conceição da Barra e o Instituto começaram enfrentar de maneira assertiva, através do Plano de Amortização o déficit atuarial que assusta os Regimes de Previdência no Brasil e no mundo.

O plano apresenta-se, apenas, como um dos remédios, embora amargo, pois cobra um alto preço da sociedade, representada pelo gestor público, que se vê obrigado, para promover o equilíbrio da previdência municipal, a lançar mão de recursos que poderiam ser utilizados em ações de investimentos e desenvolvimento das diversas áreas de atuação do Governo Municipal.

Na análise dos demonstrativos abaixo, observa-se um rápido crescimento das reservas do Plano, em um curto período superior a cinco anos, desde a reorganização implementada através da Lei 48/2018 até a data atual.

As tabelas abaixo tem como objetivo demonstrar que após a revisão do plano de amortização em 2018, através da LC nº 48/2018, as disponibilidades do PREVICOB tem alcançado um rápido crescimento, tanto pelo aumento paulatino dos valores repassados ano a ano, como pelos resultados das aplicações financeiras sobre os recursos que tem ficado numa conta congelada para arcar com benefícios futuros.

O instituto encerrou o ano de 2018, primeiro ano do Plano, com R\$ 584.170,77 e terminando o ano de 2023, ano da PCA em análise, com R\$ 24.119.609,32, representando um crescimento, no período apurado, de 4.129%. Isso mesmo! Como se vê, a cada exercício, a arrecadação, via Aportes e Rendimentos de aplicação, tem apresentado, em sua maioria, um crescimento superior, em relação ao ano imediatamente anterior, na média, de mais de 200%.

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RESERVAS
PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Exercício	2019	2020	2021	2022	2023
Saldo Anterior	584.170,77	2.520.103,60	4.673.450,30	7.022.990,98	14.520.495,12
Aportes	1.613.254,26	2.169.152,88	2.444.166,04	6.815.276,54	6.821.308,78
Rendimentos	323.808,82	-15.426,69	-94.353,56	1.080.870,54	2.197.810,79
Despesas Bancárias	1.184,55	379,49	271,8	373,2	266,61
Saldo Atual	2.520.103,60	4.673.450,30	7.022.990,98	14.520.495,12	24.119.609,32
% Evolução	431,40%	185,40%	150,30%	206,80%	166,11%

Analisando a evolução das reservas totais do Instituto em comparação com as reservas que estão sendo acumuladas, especificamente, com o Plano de Amortização do Déficit Atuarial, chama a atenção que no ano de 2018 o peso em percentual das reservas do plano representava 1,62% do total de recursos do PREVICOB, enquanto em 2023, o referido peso saltou para 38,87%, representando mais de um terço das reservas totais do Instituto e com expectativa de manutenção desse rápido crescimento.

Importante frisar que quando comparamos as reservas do Plano com as reservas totais do RPPS, observa-se que **representam quase 40% das reservas totais do Instituto**, ou seja, de um total de 62 milhões, 24 milhões represados e são exclusivos do Plano de Amortização.

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PLANO X RESERVA TOTAL DO INSTITUTO						
EXERCÍCIO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Saldo do Plano	584.170,77	2.520.103,60	4.673.450,30	7.022.990,98	14.520.495,12	24.119.609,32
Reserva Total do Instituto	36.042.870,50	41.517.145,83	49.340.459,75	46.084.733,12	53.084.766,02	62.055.284,54
% Do Plano X Reserva Total	1,62%	6,07%	9,47%	15,24%	27,35%	38,87%

Numa visão similar, porém, dessa vez, analisando a evolução do déficit atuarial versus as reservas que estão sendo acumuladas com o Plano de Amortização do Déficit Atuarial, chega-se aos seguintes números: Inicialmente, ao observar as reservas do plano em 2018, representavam menos de 1% do déficit atuarial, enquanto

em 2023 já alcança o percentual de 8,51% do déficit; com uma evolução na representação (reserva do plano x déficit), a cada ano, superior a 150%.

Percebe-se, também, no período, enquanto o saldo do Plano evoluiu em mais de 4129%, o déficit atuarial cresceu 374%, esse padrão de rápida evolução das reservas, em função do crescimento contínuo dos aportes e rentabilidade do fundo, o peso comparativo entre déficit/reserva, no período avaliado, saltou em 1105%, ou seja, cresceu mais de 11 vezes em menos de cinco anos.

Fica claro que, embora com evolução tímida, as reservas do Plano de Amortização, já representam mais de 8,5% do Déficit Atuarial, considerando ainda que nos últimos cinco anos as reservas do Plano cresceram mais de 4100%, enquanto o déficit atuarial no mesmo período avançou 374%, deixando claro que a política de para alcançar o tão sonhado equilíbrio atuarial está no caminho certo.

Acrescenta-se que mesmo com o crescimento do déficit atuarial de forma anormal na última reavaliação, saltando de 154 milhões para 283 milhões, ainda assim, as reservas do Plano de amortização continuam crescendo e representando já em 2023 mais de 8,5% do total do apurado do déficit atuarial.

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PLANO X DÉFICIT ATUARIAL

EXERCÍCIO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2023/2018
Saldo do Plano	584.171	2.520.104	4.673.450	7.022.991	14.520.495	24.119.609	4129%
DÉFICIT ATUARIAL	75.884.107	87.974.369	97.755.130	125.707.681	154.704.092	283.509.158	374%
% Do Plano X Reserva Total	0,77%	2,86%	4,78%	5,59%	9,39%	8,51%	1105%
% Evolução Variação	-	372,11%	166,89%	116,86%	168,00%	90,60%	

Permanecendo assim, ocorrerá um rápido equacionamento e equilíbrio previdenciário num prazo inferior ao definido no plano de amortização, datado para 2054.

Porém, para atingir as metas acima, continua necessário, especial atenção para os demais fatores (remédios) que tem forte potencial para contribuir no equilíbrio tão esperado num período abreviado, a saber:

- Promover aumento de alíquotas, principalmente, patronais com vistas a calibrar melhor os resultados das avaliações atuariais (alíquotas do servidor e patronal alteradas com vistas ao saneamento, estarão em pleno vigor no exercício 2024);
- Realizar concursos públicos com intuito de repor o quadro de servidores aposentados e ou desligados por várias razões (processo em andamento);
- Substituir ou reduzir o quadro de servidores contratados e comissionados do Município e criar potenciais vagas para concursos.

CONCLUSÃO

Os anos de 2020 e 2021 entraram para história mundial em função dos efeitos da pandemia COVID-19, trazendo consigo uma nova realidade comportamental em todas as áreas de nossas vidas, forçando-nos a repensar e reorganizar os trabalhos. A equipe do Previcob uniu forças e parcerias para desenvolvimento das atividades, adaptadas ao novo cenário e, na medida do possível, obteve-se grandes resultados.

No que tange ao regime próprio de previdência municipal, quando bem administrado, é de grande importância para os munícipes e seus servidores, pois agrega valor à economia municipal. O PREVICOB contribui com a expansão, fortalecimento e aperfeiçoamento da previdência dos servidores públicos municipal, e, nos anos 2019 a 2023, deu-se grande importância a um ciclo de gestão responsável, com muitas adequações nos padrões de trabalho, focada na aplicação das políticas previdenciárias e suas vantagens tanto para o servidor quanto para o ente federativo.

Em relação ao relatório de gestão, foi produzido com base na peça instrumental de prestação de contas, para atender a disposição na Instrução Normativa nº 43, TCEES, de 05 de dezembro de 2017, que determina o envio de dados e informações, por meio de sistema informatizado, com expressa referência, orçamentária, financeira e patrimonial.

Destaca-se além das ações corriqueiras realizadas em 2023, como: abertura de processos administrativos de aposentadorias, requerimento para benefício de pensão por morte, intimações, notificações, revisões atuárias, mandados judiciais, emissões de atos legais, perícias médicas, solicitações de compras de materiais e/ou serviços, e, solicitações diversas; imprimiu-se um ritmo diferenciado com o intuito de modernizar e aprimorar a gestão.

Nessa linha de pensamento entendemos que o censo previdenciário se torna uma ferramenta essencial e necessária para que a previdência do município seja mais robusta e eficiente com uma abordagem coletiva, estratégica e completa com os princípios legais, garantindo o bem-estar previdenciário.

Registra-se a manutenção da arrecadação de compensação previdenciária iniciada no PREVICOB a partir do ano de 2019 e grandes avanços na profissionalização e ampliação dos conhecimentos da equipe do COMPREV, resultado em maior celeridade nas análises de diligências processuais e inclusão de mais processos na fila de compensação, aumentando a arrecadação, apenas em 2023, em mais de um milhão e cem mil reais de recursos exclusivamente COMPREV e, ainda, uma expectativa de arrecadação nos próximos anos de mais de R\$ 16,3 milhões.

Houve um crescimento patrimonial, no exercício de 2023, frente à realidade recente de forte crise econômica vivenciada não só pelo PREVICOB, mas no Brasil e no mundo; com um histórico do Instituto bem próximo de congelamento do patrimônio líquido financeiro na casa de R\$ 35 milhões até o ano de 2018, ou seja, captou-se no mercado financeiro nos últimos cinco anos, mesmo com as sucessivas crises, mais de 25 milhões, promovendo a elevação substancial das disponibilidades financeiras.

Além da rentabilidade expressiva, nos últimos anos, outro fato relevante na promoção de melhoria na evolução patrimonial deu-se pela retomada do Plano de Amortização Atuarial, aprovado em meados de 2018 pela Lei Complementar Municipal 48/2018, e atualizado em 2019 através da Lei Complementar Municipal 54/2019, arrecadou-se, exclusivamente, com o Plano mais de 24 milhões desde a sua criação.

Investiu-se no decorrer de 2023, em treinamentos e capacitações dos servidores, em cursos, palestras, seminários e congressos, com destaque aos membros da diretoria executiva, dos conselhos fiscal, administrativo e membros do comitê de investimentos.

Dentre as principais realizações, durante o ano 2023 foram alcançadas as seguintes: Aumento das disponibilidades financeiras de 52 milhões para 62 milhões; Implantação do processo eletrônico (“projeto papel zero”); Avanço na alíquota Patronal de 14,5% para 22%, fortalecendo o sistema financeiro do Previcob; 3 eventos envolvendo a comunidade e todos os Aposentados e Pensionistas, sendo: 2 ações em Saúde (sede e Braço do Rio) e Carnaval da Terceira Idade em 2023; Projeto finalizado e pedido de emendas parlamentares ao deputados estaduais e federais bem como ao Governador Renato Casagrande para construção da sede própria do PREVICOB; Qualificação dos Conselheiros Administrativos e Fiscais com aprovação dos Conselheiros no Instituto TOTUM - credenciada pelo Ministério da Previdência; Qualificação da Equipe Técnica na nova lei de licitações (Lei Federal 14.133/2021) e implantação de todo procedimento no PREVICOB com a nova lei licitatória; Avanço histórico na arrecadação da Compensação Previdenciária – COMPREV; Pedido ao Poder Executivo Municipal de doação de área para construção do PREVICOB, aguardando decisão do Prefeito Municipal(processo nº 3388/2023); Destaque nacional em boas práticas em Previdência Municipal (menção honrosa recebida em Belo Horizonte/MG em congresso nacional dos Institutos Públicos de Previdência Própria); implantação da Previdência Complementar junto ao Poder Executivo e PREVES; Realização do Censo Previdenciário 2024, atualizando todo cadastro dos servidores aposentados e pensionistas; Presidente e Diretor Administrativo Financeiro aprovados na Certificação do Instituto TOTUM (credenciada pelo Ministério da Previdência Social), atendendo a legislação federal para ocupar os cargos de diretoria executiva; Reduziu as taxas cobradas pelos bancos ao Previcob, gerando economia e revertendo em qualificação da equipe PREVICOB; Manteve diálogo constante com o Prefeito Municipal, Secretários Municipais e Vereadores da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES;

Para 2024 foram definidas metas prioritizadas, como: acompanhamento sistemático e proativo dos valores aplicados pelo instituto no mercado financeiro; alimentação do site/PREVICOB de forma frequente e com todas as informações previstas na legislação vigente; informativos diretos aos segurados através de mensagens “sms” e

grupos de comunicação por aplicativos específicos levando a prestação de contas e as principais notícias do RPPS; aquisição de imóvel para atender as necessidades do PREVICOB; programa Pró-gestão que visa o reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS e, a realização do projeto de aproximação e valorização de aposentados e pensionistas segurados pelo PREVICOB.

Conceição da Barra/ES, 30 de março de 2024.

Mario Luiz da Silva Junior

Diretor Presidente

Fabício Siquara Gonçalves

Diretor Administrativo Financeiro

Paulo Cezar Alves de Oliveira

Procurador Jurídico